



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO ACADÊMICO

ANE SALAZAR DE AGUIAR

Ubuntu: uma análise sobre relações, conexões e a valorização do coletivo que tornaram possível o mandato de Marielle Franco.

Seropédica

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ubuntu: uma análise sobre relações, conexões e a valorização do coletivo que tornaram possível o mandato de Marielle Franco.

Ane Salazar de Aguiar

Orientação de
Prof^ª. Dra. Luena Nascimento Nunes Pereira

Dissertação submetida como requisito para a
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no
Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais.


Seropédica, RJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS


ANE SALAZAR DE AGUIAR

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.


DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11/08/2025

Documento assinado digitalmente
 **LUENA NASCIMENTO NUNES PEREIRA**
Data: 07/10/2025 09:59:20-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Luena Nascimento Nunes Pereira, Doutora em Antropologia. UFRRJ (orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **ELISA GUARANA DE CASTRO**
Data: 07/10/2025 10:05:24-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Elisa Guaraná de Castro, Doutora em Antropologia. UFRRJ

Documento assinado digitalmente
 **JULIANA DE FARIAS MELLO E LIMA**
Data: 02/10/2025 12:42:30-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Juliana Farias de Mello e Lima, Doutora em Sociologia. UERJ

Ativar o Win
Acesse Configura

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A284u Aguiar, Ane Salazar de, 1998-
 Ubuntu: uma análise sobre relações, conexões e a
 valorização do coletivo que tornaram possível o
 mandato de Marielle Franco. / Ane Salazar de Aguiar.
 Rio de Janeiro, 2025.
 92 f.: il.

 Orientadora: Luena Nascimento Nunes Pereira.
 Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, PPGCS - Mestrado em Ciências
 Sociais, 2025.

 1. Marielle Franco. 2. Antropologia das emoções. 3.
 Interseccionalidade. 4. Redes . 5. Trajetória. I.
 Pereira, Luena Nascimento Nunes , 1971-, orient. II
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. PPGCS -
 Mestrado em Ciências Sociais III. Título.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo acesso à graduação e ao mestrado, com excelência de ensino e pesquisa. Ser ruralina se torna uma identidade! Agradeço ao corpo docente e aos técnicos por todo trabalho que me permitiram conquistar o título de mestre. Em especial, à bolsista de pós-doutorado Vanessa Pontes, que lecionou a disciplina de marcadores sociais com muita sensibilidade e empenho. Vanessa se tornou uma grande incentivadora da minha pesquisa, e uma ótima ouvinte aos meus pensamentos ansiosos no semestre que compartilhamos. Aproximou-se de mim quando eu não era próxima de quase ninguém. Segurou minha mão no corredor quando eu mal a conhecia. Me fez confortável para debater questões raciais em uma sala onde, muitas vezes, eu era a única negra. Seu olhar atento à mim me fez ser atenta a você. Obrigada, Vanessa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. À CAPES, agradeço imensamente a estabilidade financeira durante o mestrado e o investimento em pesquisas que saem da periferia para a periferia. É de maneira coletiva que elevamos o nível das ciências no Brasil.

Luena Nascimento, minha orientadora. É uma honra e um orgulho te chamar assim. Diversas vezes agradeço aos ancestrais por me deixarem compartilhar com você o mesmo espaço, ouvir seus ensinamentos, aprender com o seu conhecimento. Diversas vezes agradeço em pensamento por ser sua orientanda. Diversas vezes eu falo: "essa mulher é muito f*!". Diversas e diversas vezes lhe admiro em pensamento sem conseguir falar. Isso porque eu sou melhor escrevendo do que falando, mas agora você sabe. Muito obrigada por ter trabalhado tanto comigo para que essa

pesquisa, que no início era uma só uma ideia confusa, se tornasse a maior e mais desafiadora conquista da minha vida. Outro dia eu li que o pesquisador, antes de ter uma pesquisa, ele tem fé: fé numa ideia, fé de que algo pode ser mudado. Então, obrigada por ter mantido a fé em mim e no meu propósito quando parecia difícil demais pra continuar.

À Marielle, por ter mostrado pra gente como se faz política. Por ter mostrado pra mim como é que se vive. Por ter ascendido em mim uma chama que eu achei que tinha se apagado. Pela força pra continuar por você e por nós, quando eu só queria parar. Por me ensinar que meu ímpeto pela guerra não é um defeito, ele só precisa ser usado nos lugares certos e nos lugares certos ele será validado. Por me mostrar que o amor sustenta.

A Rede de Sementes, agradeço pelo incentivo, pelas trocas, pela disposição em ajudar, pelas risadas e pelos momentos que compartilhamos juntas enquanto uma só rede, unidas num só propósito.

Aos amigos que fiz no mestrado. Miriam, sua amizade foi, por várias vezes, um alicerce pra não surtar ou desistir. Obrigada por tanto ouvir minhas reclamações e me acolher. Além de ser minha amiga, você é uma inspiração pra mim enquanto pesquisadora, doutoranda, militante, professora e mãe, mesmo quando discordamos. A primeira coisa que você me disse, ainda nas primeiras semanas do meu mestrado, foi: "você precisa ir pra Luena". Eu não sabia nem seu nome, mas você viu em mim (em nós) um potencial. Obrigada por isso. Obrigada pelo seu companheirismo, amizade e amor. Obrigada pela paciência; Augusto, que depois da disciplina de metodologia virou Gustavo e agora é doutorando. Sua amizade é pra mim como um filme de comédia no meio da tarde. De forma leve e engraçada, estar com você alivia as dores do cotidiano. Agradeço por ter tido a iniciativa de começar essa amizade. Obrigada por sempre responder prontamente os meus pedidos: "me manda sua qualificação por favor?" "Agora me manda sua tese por favor?" "Você fez isso, como fez?" "Tem esse documento aí?". Sempre com os vídeos mais bizarros do mundo, me arranca sinceras gargalhadas. Espero que a vida acadêmica não nos afaste ao ponto de perdemos as risadas que damos juntos; Eugênia, a gênio do mundo da lua. O pouco tempo que

passamos juntas foram pra gravar maravilhosas lembranças de você. Eugênia e eu não éramos íntimas, mas nos aproximamos por um motivo: éramos as únicas mulheres negras da turma de 2023. Eugênia era extrovertida e falante, diferente de mim, que demorei pra conseguir me enturmar. Sempre brincava comigo, eu sempre sorria de volta. No dia em que Eugênia se foi, a minha consciência pesou: "agora eu sou a única". Você faz falta, Eugênia.

Daniel, meu irmãozinho. Hoje você pode ser maior do que eu, mas sempre será o meu irmãozinho. Tantas vezes te ninei, te dei banho, comida e colo. Tantas vezes te amei. Tantas vezes eu errei com você tentando acertar. O amor que eu sinto por você é diferente de todos os outros. Nada do que você fizer fará com que eu te ame menos. Eu não espero que você siga o mesmo caminho que o meu, mas eu espero ser pra você um exemplo de liberdade e determinação. E essas coisas, depois de conquistadas, ninguém tira de nós. Trilhe seu próprio caminho, sabendo que, perto ou longe, sua irmã vai estar com você. Quando ninguém mais puder, sua irmã pode.

Mãe, essa pesquisa também foi pra senhora. E eu só me dei conta disso no final. Eu gostaria que a senhora soubesse que nada do que passou foi culpa sua. Hoje, eu consigo reconhecer que a senhora fez o melhor que pode, o melhor que conseguiu com os recursos que tinha. Obrigada por ser minha mãe. Obrigada por ter investido tempo em mim com as lições de casa, nos meus estudos e no meu gosto por aprender. Obrigada por sempre ter me visto como uma menina inteligente. Obrigada por ter lutado por nós quando eu já não mais queria. Obrigada por ter esperado o meu tempo. Se hoje eu sou mestra, boa parte disso é na conta da senhora.

Ester, Isa, Lolinho e Mateus: se eu colocasse uma faixa amarela na entrada da favela ainda assim não seria suficiente pra agradecer tudo o que vocês fizeram por mim. Obrigada por todo acolhimento e cuidado. Obrigada por sempre estarem dispostos a ajudar. Obrigada por alimentarem minha esperança no futuro e na espiritualidade.

Larissa, é mais do que certo que você tem um lugar especial no meu coração. Eu sempre quero estar perto de você, seja nos eventos do Instituto, num passeio de sábado ou só pra jogar conversa fora no meio da semana. Seja pra falar de mulher ou de política. Sua amizade é um porto seguro pra falar o que eu penso sem ser julgada. Obrigada, amiga, porque mesmo que o mestrado não seja familiar pra você, você sempre me ouviu. Obrigada por me dar sua amizade, que transpassa todas as esferas da nossa vida. Obrigada por confiar em mim e me deixar confiar em você. Confiamos tanto uma na outra que planejamos ter filhos na mesma época, mesmo que nenhuma de nós duas tenha dinheiro pra criar uma criança, ou estabilidade emocional, ou sono regulado, ou consciência do que tá fazendo. Te amo, amiga!

Daniela Esteves, minha amiga negona, geóloga sensacional! Te amo tanto, preta, que não cabe no papel! Desde o ensino médio lado a lado sorrindo, chorando, sentindo raiva e bebendo cerveja. Anos e anos ao seu lado parecem insuficientes pra te amar. Posso te ver toda semana, a sensação que eu tenho é a mesma: parece que te amo mais do que semana passada. Sou completamente apaixonada por você e não é segredo! Obrigada, amiga, por todo esse sentimento. Se hoje consigo ver que sou rodeada de amor, é porque você me ama. Seu único defeito é torcer pro fluminense.

Ana Carolina, Carol pra mim. Minha psicóloga, que também é rede de apoio. Muito me ouviu, aconselhou e acolheu. Poderia somente agradecer pelo seu trabalho, mas eu e você sabemos que é mais do que isso. Obrigada pelo sentimento sincero, que é muito recíproco. Eu me vejo em você porque você se vê em mim. Não deixe que meu processo com o mestrado intimide o seu. Continue.

Thelassyn, de todo o amor que eu tenho, metade foi tu que me deu. Obrigada pelo zelo com a minha alimentação nos dias em que eu escrevia por horas a fio; pela compreensão em dividir os finais de semana e feriados com a pesquisa acadêmica; pelo colo quente e aconchegante quando o processo do mestrado me fazia chorar. Obrigada por não desistir, nem por um dia, de ressignificar comigo as faces desse amor.

À Família Franco, Mônica Benício, Agatha e Arthur: por não desistirem em clamar por justiça. Eu queria poder fazer mais e melhor, no entanto, farei sempre. Obrigada!

Às pessoas entrevistadas, que dedicaram à mim o seu tempo, por confiarem em mim suas lembranças e suas emoções, por me deixarem acessar suas intimidades, por acreditarem na minha seriedade e profissionalismo. Sem vocês, não seria possível. Obrigada, muito obrigada!

Aos meus guias, agradeço a proteção e o direcionamento do meu orí. Por muito tempo, eu achei que não tava pronta. Por muito tempo, eu achei que seria muito difícil, quando na verdade, difícil era continuar longe. Obrigada por terem me buscado. Obrigada por me fazerem forte e ousada. Obrigada por chegarem nos lugares antes de mim, e quem me vê, vê a vocês. Que a minha bússola sempre aponte para o oriente.

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado propõe uma análise das redes de relações e conexões que possibilitaram a emergência de Marielle Franco como figura pública e notável no cenário político carioca. Ao partir do pressuposto de que ninguém se constrói sozinha, investigo de que forma essas redes – formadas por afetos, alianças, práticas coletivas e trocas simbólicas e materiais – atuaram como mecanismos de sustentação em sua trajetória até a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. O problema que norteia esta investigação diz respeito à invisibilização das relações que tornam possíveis determinados corpos e trajetórias políticas, especialmente quando se trata de mulheres negras, faveladas e lésbicas em espaços institucionais de poder. Para reconstruir e resignificar a trajetória de Marielle Franco, adoto uma metodologia qualitativa e interseccional, baseada em entrevistas semiestruturadas com mulheres próximas à vereadora e com moradores e moradoras da Maré, território que moldou sua existência política. A escuta atenta dessas narrativas permite a reconstituição das tramas coletivas que sustentaram sua caminhada, bem como a identificação de práticas, estratégias e afetos que continuam reverberando após seu assassinato. Concluo que o fenômeno Marielle não pode ser compreendido fora das redes que a formaram: redes de cuidado, de militância, de lealdade política e de pertencimento territorial. Ao trazer essas redes à luz, esta pesquisa não apenas reinscreve sua trajetória em um horizonte coletivo, mas também contribui para o fortalecimento de práticas políticas insurgentes que desafiam a lógica individualizante da representação política tradicional.

Palavras-chave: Marielle Franco; redes; antropologia das emoções; interseccionalidade; trajetória.

ABSTRACT

This master's research proposes an analysis of the networks of relationships and connections that enabled the emergence of Marielle Franco as a public and remarkable figure in Rio de Janeiro's political landscape. Based on the premise that no one builds themselves alone, I investigate how these networks — composed of affections, alliances, collective practices, and symbolic and material exchanges — operated as mechanisms of support throughout her trajectory to the City Council of Rio de Janeiro. The central problem guiding this investigation concerns the invisibilization of the relationships that make certain bodies and political paths possible, particularly in the case of Black, favela-born, and lesbian women in institutional spaces of power. To reconstruct and resignify Marielle Franco's trajectory, I adopt a qualitative and intersectional methodology, based on in-depth interviews with women close to the councilwoman and with residents of Maré, the territory that shaped her political existence. Careful listening to these narratives allows for the reconstitution of the collective threads that supported her path, as well as the identification of practices, strategies, and affections that continue to resonate after her assassination. I conclude that the phenomenon of Marielle cannot be understood apart from the networks that shaped her: networks of care, activism, political loyalty, and territorial belonging. By bringing these networks to light, this research not only reinscribes her trajectory within a collective horizon but also contributes to the strengthening of insurgent political practices that challenge the individualizing logic of traditional political representation.

Keywords: Marielle Franco; networks; anthropology of emotions; intersectionality; trajectory.

ÍNDICE

Introdução	11
1. Mulheres, Política e Feminicídio	21
1.1 Conceituando Feminicídio e Feminicídio Político	29
1.2 Mulheres, Amor e Solidariedade	37
2. Redes, afeto e cuidado	44
2.1 As redes	46
a) Famílias e religião	50
b) PSOL / política	54
c) Academia	65
d) Favela da Maré	68
2.2 Maré-Marielle	74
Conclusão	80
Bibliografia	85

INTRODUÇÃO

“Eu sou porque nós somos. Eu sou defensora dos direitos humanos porque nós somos vida”.¹

Esta pesquisa teve como força motora a angústia que me causava ao ler sobre a vida de Marielle e ver que o protagonismo que as narrativas davam era mais direcionado ao assassinato do que a sua trajetória de vida. O trecho destacado acima, dito por Marielle, explica por si só que se tratando de pessoas negras, principalmente mulheres negras, é necessário que se faça o reconhecimento da ancestralidade, e de quem, ainda em vida, nos ajudou a alcançarmos nosso objetivo. Então, se “eu sou porque nós somos”, quem seria o “nós” na vida de Marielle? Quem foram as pessoas que sustentaram Marielle? De que maneira essas pessoas foram atravessadas por ela? Como Marielle conseguiu acioná-las? Quais foram os lugares que ela constitui sua base?

Esta pesquisa tem como centro de análise as redes de relações que sustentaram Marielle, principalmente no que diz respeito a sua atuação política enquanto vereadora da cidade do Rio de Janeiro, cujo material não está disponibilizado em bibliografias. Partindo do princípio de que as redes são processos sociais que envolvem conexão (Acioli, 2007) pretendo construir uma pesquisa e a partir da perspectiva da interseccionalidade.

Assim sendo, busco atingir os seguintes objetivos: 1) construir uma interpretação para a vida de Marielle que não tenha como foco o seu assassinato; 2) compreender quem eram as pessoas/redes que sustentaram Marielle; 3) analisar de que maneira Marielle acionou tais redes e 4) contribuir para a produção de conhecimento nas Ciências Sociais pela perspectiva de uma “semente” de Marielle. Concluo que as redes que sustentaram Marielle Franco não se organizavam de forma hierárquica ou homogênea, mas se constituíram por meio de práticas cotidianas de cuidado, solidariedade e afeto. Ao longo da pesquisa, percebi que a potência dessas conexões não residia apenas em sua abrangência, mas na forma como produziam sentido e ação a partir das relações.

¹ Trecho retirado do vídeo publicado em 14 de dezembro de 2019 por Renata Souza na rede social *facebook*. Disponível em: < <https://www.facebook.com/RenataSouzaPSOL/videos/eu-sou-defensora-dos-direitos-humanos-porque-n%C3%B3s-somos-vida-marielle-franco-s%C3%A3o-/1251276185073006/> >. Acesso em 3 de setembro de 2024.

A Rede Sementes de Marielle, nascida do Instituto Marielle Franco², existe desde 2021 e é formada por voluntárias, em sua maioria mulheres negras, que se disponibilizam para construir ações políticas, acadêmicas e sociais, levando o nome de Marielle e embasada no seu modelo de política. O objetivo da Rede Sementes é perpetuar o legado de Marielle. Dentre essas ações, posso citar o Seminário Internacional Marielle Franco, acontecido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em setembro de 2023; o Festival 14M, que aconteceu nos últimos 3 anos na data da morte de Marielle e Anderson³; e o lançamento da Agenda Marielle Franco para eleições municipais, acontecido em setembro deste ano.

A realização deste trabalho se dá pela necessidade de reconstrução da trajetória política de Marielle Franco, mulher negra, mãe solo, LGBTQIA+, favelada e política; pela valorização da memória coletiva da população negra e periférica em defesa dos direitos humanos; pelo aprofundamento do debate sobre violência política de gênero e raça nas Ciências Sociais. Acredito que é importante discutir violência política porque é algo que se faz presente na trajetória de mulheres negras que estão em cargos representativos. A violência política de gênero e raça não se manifesta somente quando uma mulher negra é assassinada, mas percorre sua trajetória também em vida, como é o caso de políticas como Talíria Petrone e Tainá de Paula⁴.

Eu passei muito tempo pensando em qual seria o meu tema de pesquisa. Pensei nisso desde o primeiro período no curso de História no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, há oito anos atrás. Fui de homossexualidade em aldeias indígenas ao matriarcado das Candaces de Kush, conversando com todos os professores disponíveis no Instituto Multidisciplinar, sem nenhum sucesso em nenhum dos mais variados temas aos quais já quis me dedicar. A sensação que eu tinha era a de que eu sempre estava desistindo de escrever sobre algo que eu achava muito importante.

Eu me lembro exatamente da noite em que eu soube do assassinato de Marielle. Estava na Universidade, conversando com alguns colegas de outros cursos, entre o bloco informática e o

² “O Instituto Marielle Franco é uma organização sem fins lucrativos, criada pela família de Marielle, com a missão de inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário.” Retirado de < <https://www.institutomariellefranco.org/#4> >. Acesso em 24 de outubro de 2024.

³ Anderson Gomes era o motorista de Marielle Franco, assassinado junto com ela em 14 de março de 2018.

⁴ A atualmente deputada federal Talíria Petrone (PSOL) já fez diversas denúncias que recebeu em seu email profissional, com ameaças de morte e teor racista. Tainá de Paula (PT), vereadora do Rio, sofreu um atentado a tiros por dois homens na semana eleitoral. Graças ao carro blindado, o tiro não a atingiu.

bloco multimídia, num local que a gente chama de “rampa” – a rampa é muito grande, mas como o Instituto só tem uma rampa de acesso, não se torna tão difícil assim acertar a localização. A conversa estava animada e pelo que me lembro, todos estavam agitados e eu, gargalhando. Foi quando um dos meninos que morava comigo na república se aproximou, exaltado, assustado, gritou: “Você viu que mataram a Marielle?”.

Eu não sabia quem era. Enquanto ele me contava que era uma vereadora da cidade do Rio que fora eleita em 2017 - eu havia mudado para a Baixada Fluminense em 2013 - percebi que todos a minha volta também comentavam, em choque, sobre o mesmo assunto. Imediatamente apressei-me para descobrir quem era e por quê. Vereadora, preta, lésbica, da Maré, contra a milícia. Eu entendi o porquê quando entendi quem. Uma parte de mim estilhaçou como vidro despencado do alto do prédio. Sem possibilidade de conserto. Meu coração doeu e faltou o ar. Eu chorei como se tivesse perdido alguém que sempre amei. Eu chorei porque o vidro que despencou era um espelho. Um espelho em que eu nunca pude ver meu reflexo. E agora, cabe a mim, o reflexo, lembrar de quem sempre foi o espelho.

Acredito que, para iniciar essa pesquisa, eu dei o primeiro passo sem saber, antes mesmo de ingressar no mestrado. Ingressei na Rede Sementes do Instituto Marielle Franco em 2021, ainda terminando a graduação e escrevendo minha monografia sobre Marielle intitulada “Marielle Franco: análise de uma trajetória política e social”. Era época de pandemia, e as atuações das sementes não passavam de reuniões online, algumas se pareciam com terapia em grupo. Quando preenchi o cadastro para ser voluntária na Rede Sementes, a primeira pessoa que fez contato comigo, algumas semanas depois, foi a Laris, responsável pela Rede e pessoa muito importante para que essa pesquisa acontecesse. Minha atuação política não começou na Rede Sementes. Foi no pré-vestibular social da CEDERJ que eu comecei a ir em protestos estudantis da Baixada Fluminense, porém meu desejo de estar na rua surgiu com o junho de 2013. Mesmo depois de muito pedir, minha mãe não me deixou ir aos protestos “não é só por vinte centavos” que aconteciam no centro do Rio de Janeiro. Na época dos protestos, eu tinha 15 anos e acabado de me mudar de Campo Grande para Belford Roxo.

A mudança de cidade foi também uma mudança de classe social. Meus pais divorciaram-se e, como toda a renda da casa vinha através do meu pai - um homem preto retinto que ascendeu socialmente depois que ingressou na Marinha Mercante -, minha mãe - uma mulher branca pobre-, eu e meu irmão caçula fomos morar com minha avó materna. A casa da

minha avó fica em um quintal com várias outras casas que foram construídas pelos outros filhos da minha avó (ao todo são 11 filhos). Eu nunca tinha morado em outro lugar. Vivi na mesma casa grande e farta por 15 anos, até ser forçada a mudar de vida. Sem a renda do meu pai, experimentei pela primeira vez o que era a pobreza, pelo menos a primeira vez que eu tinha consciência. Sobrevivi durante a graduação, entre um estágio e outro, com a bolsa estudantil de R\$400,00 reais, sem ajuda da minha família porque, aos 17 anos, fui expulsa da casa da minha avó pela minha mãe que, segundo as palavras dela, “preferia estar morta dentro de um caixão do que ter uma filha homossexual”. Os valores impostos pela Igreja Batista não permitiram que minha mãe me amasse mais do que ama a igreja.

Durante a graduação ingressei no centro acadêmico logo no primeiro período, e assim foi até o oitavo, participando de reuniões, construindo Semana Acadêmica, mobilizando estudantes, entre outros. A partir do oitavo período até o décimo primeiro, me distanciei das atividades políticas por estar cansada, sobrecarregada e de luto pela minha sogra que faleceu na pandemia do covid-19. Foi quando resolvi preencher o formulário e enviar para a Rede Sementes. Procurava, para além de preencher um formulário, preencher um vazio em mim. Tive a primeira reunião com a Laris, que se mostrou muitíssimo empolgada para me conhecer e saber mais sobre mim, o que me assustou.

Lembro-me da vontade que tive de deixar o coletivo após a primeira reunião nacional que participei, porque todas pareciam estar muito entrosadas, enquanto eu não fazia ideia do que estava fazendo. Algumas pessoas que compõem a Rede Sementes são ativistas conhecidas, pessoas públicas, enquanto eu me esforço para passar despercebida. Tomei consciência de que eu não estava tão despercebida quanto eu pensava, no aniversário de 40 anos da Anielle, quando desejei parabéns a ela e depois de um abraço, ela respondeu "obrigada, Ane, minha xará". Anielle é chamada apenas de "Ani" pela maioria das pessoas. Obviamente, já tinha estado com ela em outros espaços e trocado poucas palavras pontuais. A confusão mental e nós duas olhando para trás quando alguém grita "ANE!", sempre aconteceu, mas foi naquele momento que eu tive consciência de que ela sabia quem eu era.

O segundo passo para iniciar esta pesquisa foi fazer um levantamento com o nome de todas as pessoas que eu considere importantes de serem entrevistadas, quando já estava no mestrado. O primeiro lugar que pensei em procurar foi nos agradecimentos da dissertação de mestrado da Marielle que eu já tinha lido sem nenhum compromisso, e me recordava de haver

muitos nomes lá. Outra fonte foi justamente a Rede de Sementes, que me possibilitou contato com outras pessoas próximas à Marielle e, em grande parte, essa ponte foi feita pela Laris. Beatriz Pimentel e Caroline Nogueira, outras sementes de Marielle, também me ajudaram nessa missão. Além disso, foi feito o levantamento bibliográfico, utilizando artigos, sites da Internet e livros.

Tenho como base teórica e metodológica a perspectiva interseccional presente nos trabalhos de Akotirene (2019), Collins (2017) e Crenshaw (2002). O feminismo negro enquanto epistemologia, legitima o conhecimento produzido por sujeitos e sujeitas negras. Como aponta Patricia Hill Collins (2017), o que confere legitimidade ao conhecimento situado, forjado dentro e fora da academia, é o reconhecimento de que as experiências vividas por mulheres negras em suas múltiplas dimensões de opressão e resistência. A interseccionalidade, nesse contexto, emerge como ferramenta analítica e também como práxis que me permite articular raça, classe, gênero, sexualidade e território.

A interseccionalidade propõe uma abordagem analítica capaz de compreender e articular os diferentes marcadores sociais que diferenciam as sujeitas entre si, como raça, classe, gênero, sexualidade e território. No entanto, como adverte Carla Akotirene (2019), esse conceito pode ser apropriado de forma superficial, funcionando como um discurso universalizante da ideia de sororidade e irmandade entre as mulheres, ao desconsiderar a violência do racismo estrutural e ao enfraquecer a legitimidade da luta coletiva travada por mulheres e homens negros. Embora a autora que vos escreve use pronomes e substantivos no feminino (como “sujeitas”), o intuito é apenas o de subverter o padrão da escrita, e não o de limitar a teoria interseccional unicamente pelos corpos que se enquadram na categoria mulheres. Como já posto, mulheres e homens atuam coletivamente (dependendo da pauta e do contexto, como a pauta do movimento negro ou a luta pelos direitos transsexuais), logo, homens e todo e qualquer sujeito pode ser pensado pela teoria interseccional, visto que todos estão marcados por raça, gênero, classe, sexualidade, geração, etc.

De todo modo, é necessário ter em mente que a violência como prática sistêmica nas Américas e a espinha dorsal da civilização africana “são massa ancestral do pensamento feminista negro, decolonial e afro latino-americano” (p. 45). Ao refletir sobre as diferenças entre homens e mulheres no que tange aos direitos humanos que supostamente seriam universais, Kimberlé Crenshaw salienta que a perspectiva de gênero permite uma análise crítica também no

que diz respeito às diferenças raciais, porque não trata apenas de discriminação contra as mulheres negras, “mas também permite um entendimento mais profundo das formas específicas pelas quais o gênero configura a discriminação também enfrentada pelos homens” (p.173, 2002). Em sua última fala pública, na Casa das Pretas, Marielle cita Audre Lorde⁵: “eu não serei livre enquanto outra mulher permanecer presa, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”.

A figura imagética de redes se assemelha a um emaranhado de fios, que não tem um começo e um fim previamente definido, com possíveis nós, pulverizado, em fluxo contínuo e que se desdobra em várias direções. Assim como Foucault afirma, em a Microfísica do Poder⁶ que o poder está pulverizado entre as teias, a conexão, afeto e cuidado também são pulverizados pelas redes. As redes humanas, ou seja, rede como modelo empírico de observar conexões sociais, são constituídas de sentimentos, emoções, status social, coletividade, poder desigual, defesa de interesses em comum, entre outras.

Ao definir o conceito de redes, entendemos que a trajetória de Marielle não foi trilhada de maneira solitária, mas criando conexões e, a partir dessas conexões, formando uma base sólida que sustentou seu caminho até se tornar vereadora. Não colocando no cargo de vereança, por si só, algo excepcional, mas trazendo como excepcional as relações construídas que se manifestaram em forma de rede e que sim, tiveram um papel importantíssimo tanto na campanha a vereadora em 2016, como no seu mandato durante o ano de 2017.

Assim, podemos entender que as redes que sustentaram Marielle o fizeram porque atravessaram Marielle e por ela foram atravessadas, ou seja, redes que resistiram ao tempo, vivenciaram dificuldades, cruzaram caminhos, posicionaram-se a favor ou contra determinadas tomadas de decisões. Para acessar tal redes e mapeá-las, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com pessoas que estiveram presente nas diferentes esferas da vida de Marielle, além de conversas informais com a família e a observação participante da pesquisadora.

Na minha pesquisa bibliográfica sobre Marielle Franco, encontrei poucos textos acadêmicos, e a grande maioria deles destacou os aspectos em torno da sua morte. É importante

⁵ Filósofa estadunidense, ativista feminista negra lésbica.

⁶ Foucault, 1979, p. 103 “O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”.

destacar os trabalhos de Renata Souza (2020) e Emely Rodrigues (2020), ambas abordando o tema numa perspectiva de opressão de gênero. Apesar do termo “feminicídio” ter entrado em vigor como lei federal, no Brasil, em março de 2015, Souza abrange esse termo para os crimes cometidos contra mulheres em cargos políticos, conceituando o termo “feminicídio político”. O artigo de Renata Souza vai ao encontro do trabalho de Emily Braga, que trabalha o conceito de silenciamento feminino enquanto um treinamento geracional. Por isso, encara o assassinato de Marielle como o cume do silenciamento de uma mulher política que representava mulheres negras, LGBTQIA+, favelados, e outros marginalizados.

Para reafirmar que as narrativas dão enfoque ao assassinato, cito ainda os trabalhos de Carla Rodrigues e Tássia Áquila, “A função do luto por Marielle Franco” (2020). Aqui, as autoras se preocupam em “refletir sobre como as diversas formas de homenagem a Marielle Franco se enquadram no debate proposto pela filósofa Judith Butler sobre vidas enlutáveis” (p. 136). Podemos perceber que a morte ainda é o centro do debate quando lemos o artigo de Mariângela Nascimento, “A morte como valor político” (2020), onde através do conceito de necropolítica de Mbembe, a autora faz uma reflexão sobre os corpos dignos de terem vida, e quais são descartáveis pelo Estado.

Faz-se importante ressaltar que não é o objetivo desse trabalho a produção de uma biografia sobre Marielle Franco, mas utilizaremos as informações de sua trajetória para a reconstrução das redes. Para tal, utilizaremos como base a noção de Pierre Bourdieu acerca da produção de biografias como uma história de vida linear e sequencial, o que seria, para o autor, “conformar-se com uma ilusão retórica” (P.185, 1986), como vamos discutir mais adiante.

Ainda é possível encontrar resenhas e dossiês, como “Carta de Paris”, de setembro de 2019, escrito pela Mônica Benício⁷ e publicado pela Universidade Federal do Pará; “*#MariellePresente: Resistências Transnacionais*” foi publicado originalmente em francês pela Universidade Federal da Bahia, escrito por Stéphanie Palancade.

Fora do eixo acadêmico, é possível encontrar livros sobre Marielle, como o “Marielle e Mônica: Uma história de amor e luta” publicado em abril de 2024 de Mônica Benício. “Minha irmã e eu: Diário, memórias e conversas sobre Marielle”. E, ainda, “O Livro de Marielle Franco - Uma fotobiografia” escrito em parceria entre o Instituto Marielle Franco, a vereadora Mônica Benício e a Azougue Editorial, que tive a oportunidade de acompanhar o lançamento no evento

⁷ Mônica Benício é viúva de Marielle, vereadora do Rio pelo PSOL e arquiteta.

que aconteceu na data de aniversário da Marielle, no ano de 2023, na Maré. Abaixo, é possível me ver à esquerda da foto, Renata Souza ao centro com a fotobiografia em mãos, e Caroline Nogueira à direita.



No meio artístico, se torna impossível listar todas as obras, pois a cada dia cresce o número de artistas que homenageiam Marielle. No teatro, vale ressaltar a peça “Marielle Presente!”, estreada em 2023, no Rio de Janeiro, pela Confraria do Impossível, texto e direção de André Lemos. Na música, considero importante a canção “Sementes de Marielle”, de Maíra Freitas; o samba enredo de 2019 da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, “História Para Ninar Gente Grande”, onde não só Marielle é homenageada, mas a ancestralidade negra brasileira desde 1500, como Dandara dos Palmares, Dragão do Mar, Luísa Mahin e Leci Brandão, entre outras personalidades negras e populares.

O jornal online Nonada publicou em março de 2023, que o Observatório de Censura à Arte apurou que pelo menos 14 grafites que homenageavam Marielle foram vandalizados, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Norte⁸. Segundo o

⁸ Disponível em: < <https://www.nonada.com.br/2023/03/ao-menos-14-obras-em-homenagem-a-marielle-franco-foram-vandalizadas-nos-ultimos-anos/> > . Acesso em 04/09/2024.

site, algumas das obras vandalizadas sofreram também ataques misóginos e racistas. Não se limitando ao território nacional, no dossiê “Marielle Franco *fiorisce in tutti noi*”, de Alessia Di Eugenio (2020), a autora lista um significativo número de homenagens artísticas feitas à Marielle na Itália.

A estrutura do texto está dividida da seguinte forma: a introdução, que já vos apresentei, onde expus minha escrivência (Evaristo, 2006), os motivos pelos quais escolhi o tema trabalhado e a metodologia usada para o desenvolvimento do trabalho. Em seguida, apresento o primeiro capítulo, “Mulheres, Política e Feminicídio”, busca conceituar o termo e associa a trajetória de Marielle com outras lideranças negras brasileiras que também tiveram suas trajetórias interrompidas pela violência, relacionando as trajetórias com os marcadores sociais da diferença.

O primeiro subtítulo é uma discussão sobre feminicídio e feminicídio político, conceituando o termo e contextualizando no tempo-espaço. A interseccionalidade, nesse contexto, se apresenta como uma ferramenta fundamental para compreender como raça, gênero, classe, território e sexualidade se entrelaçam na produção tanto das desigualdades quanto das resistências. Já o segundo subtítulo, “Mulheres, Amor e Solidariedade”, busca relacionar a categoria mulheres com a ação do amor e o sentimento de solidariedade. O amor, entendido como força motora de mudança, e não como sentimento romantizado e estigmatizado.

No segundo capítulo, “Redes, afeto e cuidado”, busco compreender, a partir de uma perspectiva antropológica, como as redes que sustentaram Marielle Franco se constituíram por vínculos afetivos, práticas de cuidado e alianças políticas forjadas no cotidiano. Essas redes não se sustentam de forma hierárquica, mas como teias vivas e dinâmicas, marcadas por solidariedades, trocas simbólicas e resistências compartilhadas. No subtítulo 2.1 veremos o desenvolvimento da pesquisa com as entrevistas e o acesso ao campo, contextualização histórica, política e social sobre a vida de Marielle e a relação com os acontecimentos na política regional e nacional, as visitas até a favela da Maré e a minha vivência enquanto semente de Marielle. Apresento as pessoas com quem interagi em pesquisa, as dificuldades e os acertos enquanto pesquisadora. Veremos, ademais, um esquema das redes de Marielle e como elas se cruzam.

No subtítulo 2.2, “Maré-Marielle”, reflito sobre como o território da Maré foi central para a formação política e afetiva de Marielle Franco. A Maré não aparece apenas como cenário, mas como sujeito coletivo que moldou suas experiências, suas redes de solidariedade, as

vivências com a violência de Estado e como as práticas comunitárias que atravessam esse espaço influenciaram sua atuação política.

Por último, proponho que as redes que sustentaram Marielle Franco nos convidam a repensar o fazer político a partir de outras chaves: coletivas e enraizadas na vida cotidiana. Essa pesquisa não se apresenta não como uma finalização sobre o tema e as redes de Marielle, mas como um caminho de continuidade para novas perspectivas.

1- MULHERES, POLÍTICA E FEMINICÍDIO

“O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito a causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário” (Bourdieu, P. 185, 1986).

O senso comum descreve a vida como uma via unidirecional. Alguns chamam de “trajetória”, outros de “percurso”, e há quem goste de chamar de “estrada”. O fato é que descrever a vida como uma sucessão de acontecimentos históricos, estabelecidos em etapas (início, meio e fim), minimiza a humanidade que há dentro da existência, tornando a vida apenas uma espécie de jogo com níveis diferentes de “missões” a serem cumpridas até chegar ao “game over”. Como se a vida de alguém pudesse ser resumida a algumas páginas que relatam algumas conquistas e muitas derrotas. Não caberia, em hipótese alguma, reproduzir a vida e existência de Marielle. Da mesma forma, também, não caberia delimitar a vida de Marielle em fatos históricos cronológicos sequenciados que justificariam seu fim. Daniel Munduruku, contador de histórias e ativista indígena brasileiro, explicita sua visão originária de mundo:

⁹“Eu poderia começar contado do começo, mas essa é uma forma muito comum de contar algo. É o modo ocidental de contar uma história. Começar do começo é sempre caminhar por um caminho linear, e nos ensinaram a pensar sempre obedecendo a esse caminho. É como se não houvesse outro possível. Aliás, há outros tantos possíveis, mas nos acostumamos a seguir uma lógica epistemológica: o ser e o não ser não é. Um axioma que traz duas verdades aparentemente absolutas: se eu afirmo algo, sua negação é impossível. Simples assim.”

⁹ Trecho retirado do livro “Contaçon de histórias: tradição, poéticas e interfaces” (2015). Ver bibliografia.

Valido e reconheço o nome próprio “Marielle Franco” em todas as versões que ele socialmente representa (mãe, vereadora, esposa, filha, mulher-negra, etc.), não em uma tentativa de constituir “a vida em uma totalidade finita” (Bourdieu, P.187, 1986), mas sim validando a personalidade que o nome tem em si.

Tais questões sobre trajetória de vida são importantes para melhor compreensão do meio em que Marielle viveu e por ele foi influenciada e nele influenciou, visto que “o valor singular das histórias de vida está naquelas frações do material que mostram as repercussões que as experiências de vida de um homem (...) têm sobre ele, enquanto ser humano moldado naquele ambiente” (Benedict, 1948 apud Mintz, p. 47, 1984). Essa pesquisa formula-se por levantamento teórico, análise de materiais (vídeos, fotografias, documentários etc.), vivências da própria autora e interação com pessoas em entrevistas semiestruturadas, entendendo que a interação entre a pesquisadora e a pessoa entrevistada permite reconstruir as redes de Marielle e, assim, compreender a extensão dessas relações, ou, até mesmo, “perceber que tais relações, na realidade, não existem, pode ser tão esclarecedor quanto descobrir que existem” (Mintz, p. 49, 1984).

Como já foi posto anteriormente, o objetivo desse trabalho não está em abordar o assassinato de Marielle. Apesar disso, as bibliografias hoje disponibilizadas em textos acadêmicos voltam suas atenções para o assassinato, o que não deixa alternativa para a pesquisadora senão debater o tema. Vejamos a discussão abaixo.

Em vigor, no Brasil, desde 22 de setembro de 2006, a lei Maria da Penha leva o nome de Maria da Penha Maia Fernandes¹⁰, agredida violentamente pelo marido que tentou assassiná-la em duas ocasiões, em 1983 e, por conta disso, se tornou paraplégica. Em 1998, esse caso foi levado pela própria vítima à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA). Seu caso de violência e a luta por justiça deram início ao processo que resultou, como conhecida hoje, na lei Maria da Penha (Lei nº

¹⁰ Maria da Penha Maia Fernandes nasceu em 1º de fevereiro de 1945. Mãe de 3 filhas, farmacêutica, cearense.

11.340/2006)¹¹. Tal lei abriu a discussão para o crime de feminicídio, fazendo valer a violência contra mulher como uma opressão direcionada por valores patriarcais e misóginos.

"A Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2.006) é uma lei brasileira que institui a violência doméstica e familiar. É considerada uma das leis mais avançadas do mundo no combate à violência. Seu objetivo é prevenir e combater a violência doméstica e familiar (Da Silva; Araújo, p.5, 2024).

Porém, a discussão sobre a violência contra mulheres, na sociedade brasileira contemporânea, tomou maior densidade com o caso Ângela Diniz, a “pantera de Minas Gerais”. Por isso, agora, veremos como o caso Ângela Diniz e a lei Maria da Penha se cruzam com o feminicídio de Marielle Franco.

Ângela Maria Fernandes Diniz era uma socialite, mãe de três filhos. Tinha 32 anos quando foi assassinada pelo namorado, Raul Fernando do Amaral Street, em Búzios, onde estava para passar o réveillon de 1977. Doca era empresário e administrava os negócios da família. Segundo o podcast "Praia dos Ossos"¹², o motivo da briga entre o casal na noite de 30 de dezembro de 1976, foi que Ângela, ao passar a manhã na praia, teria se sentido atraída sexualmente por Gabriele Dyer, a "alemãzinha de Búzios". Ainda segundo Branca Vianna, que narra o podcast, Ângela não teve nenhuma preocupação em disfarçar seu desejo, o que teria deixado Doca extremamente enciumado, porém, Gabriele, em seus depoimentos a polícia, diz não ter percebido nada "diferente". Durante a briga, já à noite, Ângela teria terminado seu relacionamento com Doca, o que já pretendia fazer, segundo testemunhas ouvidas pelo podcast. Doca não aceitou o término e implorou para que Ângela não o deixasse. "Se você quiser ficar e ser corno de outros homens e mulheres, então fica."¹³, foi o que Ângela respondeu.

Ângela foi assassinada por Doca com 4 tiros de pistola calibre 7.65 nessa mesma noite. Na mídia, os discursos a favor de Doca pareciam o colocar como a vítima de um crime cometido

¹¹ “É importante salientar que, no primeiro semestre de 2022, uma decisão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que também deve ser aplicada às mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar contra mulheres transgênero.”(Gonçalves da Silva, G., & Fernandes Araújo, 2023).

¹² Rádio Novelo, 2020. Pesquisadora responsável: Flora Thomson-DeVeaux. Disponível em: < <https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos/> >.

¹³ Idem 43'10"

por Ângela: "de mulher mais sexy à sapatão"¹⁴, tornando o crime de Doca um ato compreensível em favor da legítima defesa da honra.

"Os advogados de defesa de Doca argumentaram que ele havia cometido um homicídio passional em legítima defesa de sua honra, com excesso culposos. Os advogados alegaram que as atitudes libidinosas de Ângela Diniz provocaram Street, e que ele respondeu em defesa de sua honra. O primeiro julgamento aconteceu em 1979(...)" (Castro, 2018 *In*: Gonçalves da Silva, G., & Fernandes Araújo, W., p.3, 2023)

No Brasil, o argumento de "legítima defesa da honra" valeu-se sobre muitos abusos, violências e assassinatos sobre as mulheres, principalmente as mulheres casadas com homens cisgêneros. Antes do primeiro Código Civil Brasileiro de 1916, as Ordenações Filipinas¹⁵ admitiam que os homens violassem e matassem mulheres em prol da "legítima defesa da honra". Equiparar os direitos de homens e mulheres, em sua plenitude, só aconteceu com a Constituição Federal de 1988.

Ora, a honra do homem cisgênero heteronormativo é a sua pura masculinidade. (Guerra et.al., 2015). Afinal, por que a honra de Doca seria violada se Ângela se envolvesse com a alemãzinha de Búzios, ou com outras mulheres? Seria ele menos homem? Seria Ângela menos mulher? Seria, na verdade, algo íntimo de Ângela que não tem necessariamente a ver com Doca.

A repercussão do julgamento de Doca Street correu o Brasil. Foram 3 anos do assassinato de Ângela Diniz até o primeiro julgamento de Doca Street, em 1979. Nesse ano, nascia Marielle Franco. Nessa época, os movimentos sociais ganhavam espaço na sociedade brasileira, à medida que a ditadura militar perdia forças a partir de 1974.

O movimento de mulheres, enquanto sujeito coletivo capaz de transformações no cenário político, respondeu prontamente. A volta das mulheres exiladas durante a ditadura militar contribuiu para que os movimentos de mulheres tivessem contato com as teorias feministas que estavam se desenvolvendo em países estrangeiros, acirrando o debate sobre violência de gênero.

¹⁴ Ibidem 47'23"

¹⁵ "As Ordenações Filipinas resultaram da reforma feita por Filipe II da Espanha (Filipe I de Portugal) ao Código Manuelino, durante o período da União Ibérica (1580 a 1640). Elas passaram a vigor em 1603 e continuaram vigentes em Portugal ao final da União, por confirmação de D. João IV. Até a promulgação do primeiro Código Civil brasileiro, em 1916, as ordenações de Filipe II também estiveram em vigor no Brasil". Fonte: Livraria do Senado, DF, 2025. Disponível em < <https://livraria.senado.leg.br/codigo-filipino-ou-ordenacoes-e-leis-do-reino-de-portugal> >. Acesso em 4/4/2025.

Outra contribuição para o barulho que os movimentos feministas fizeram no início dos anos 80, foi que entre o primeiro e o segundo julgamento de Doca (um intervalo de dois anos), ocorreram outros dois assassinatos de mulheres em Minas Gerais: Eloísa Ballesteros e Maria Regina Santos Souza foram mortas pelos seus maridos, revelando a prática recorrente de mulheres violentadas quando decidiam se separar.

Diferente de Ângela Diniz, que era famosa por se envolver em diversos temas polêmicos para a época, essas duas mulheres tinham um perfil conservador, eram donas de casa, cristãs, esposas e mães. Em outras palavras, cumpriam o esperado papel da “mulher sábia que edifica o lar”. Foi mais fácil, assim, para os movimentos feministas dos anos 80 defenderem que a culpa nunca é da mulher agredida e assassinada e que para tal crime não há justificativa.

Foi graças a pressão exercida pelos movimentos feministas que negavam a tese de legítima defesa da honra, que Doca foi levado a um segundo julgamento. No primeiro, sua sentença tinha sido extremamente branda, já que o argumento usado pela defesa de Doca somado a apelação para o seu histórico de bom moço ganharam os votos do júri. Já no segundo julgamento, foi sentenciado a 15 anos de prisão.

As manifestações em Búzios, que na época era um pequeno balneário, tomaram proporção nacional. Em 18 de agosto de 1980, mulheres reunidas na porta da igreja São José jogavam flores como uma crítica ao casamento e a ideia patriarcal de castidade feminina. Para essa autora que vos escreve, essa cena me remete a fala de Marielle na tribuna, no dia da mulher de 2018: “as rosas da resistência nascem no asfalto”. No colégio que Ângela estudou, em Belo Horizonte, o muro branco amanhecia com a frase grafitada “quem ama não mata”, frase que se tornou o slogan dos movimentos feministas contra a violência doméstica. Essa frase também me remete à Marielle, quando liderava o protesto “Estado que Mata, Nunca Mais”, na Maré, em 2014. Até porque, “o alvo principal da mobilização (das feministas) era o Estado” (Barsted, p.18, ano). Ou seja, a violência doméstica - consequentemente, a morte de mulheres enquanto esposas, namoradas, amantes, existe e é válida porque se baseia em aparatos estruturais que perpetuam sua existência.

Cito, aqui, mesmo que brevemente, o nome e a existência de Beatriz Nascimento (Maria Beatriz Nascimento, 12 de julho de 1942), mulher negra nordestina, historiadora, ativista e intelectual nos estudos quilombolas, assassinada em 28 de janeiro de 1995, por incentivar sua amiga a terminar um relacionamento em que sofria violência doméstica.

"os movimentos sociais não podem ser vistos como um elemento *outsider* no contexto institucional" (Carone, 2018, p.183).

Se o primeiro passo para alcançar o Estado era a mobilização e a visibilidade do tamanho do problema, a pressão social feita pelos movimentos de mulheres indicariam a necessidade da criação de mecanismos institucionais para combatê-lo. E, conseqüentemente, a necessidade de articulação entre o campo jurídico e o político trazem para o protagonismo a *advocacy* feminista¹⁶. Nos anos 90, a tese da legítima defesa da honra foi declarada ilegítima e não pode mais ser usada para justificar a morte de ninguém.

"Podemos dizer, então, que o passo inicial do feminismo brasileiro foi a luta por direitos formais, "não só ter (...), mas usufruir dos direitos". (Barsted, 2011, p.14).

Entre o Código Civil de 1916 e a Constituição Federal de 1988, os movimentos de mulheres criaram a "Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher", em 1979, com o objetivo de lutar pela igualdade de gênero e para a superação de todas as formas de discriminação contra a mulher.¹⁷

"Ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de slogans e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus". (Jordan, 1992, p. 190 in: Collins, 2017, 1).

¹⁶ Advocacy, na atualidade, é utilizado como sinônimo de defesa e argumentação em favor de uma causa. É um processo de reivindicação de direitos que tem por objetivo influir na formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população. Fonte: < <https://www.politize.com.br/advocacy-o-que-e/#:~:text=Advocacy%2C%20na%20atualidade%2C%20%C3%A9%20utilizado,em%20favor%20de%20uma%20causa.> > Acesso em: 2/4/25.

¹⁷ Outras ferramentas importantes foram criadas pelos momentos feministas nesse tempo, como a linha telefônica S.O.S Mulher, criada após o julgamento de Doca, que orientava mulheres agredidas a denunciarem seus agressores e o Manifesto Contra o Machismo. Porém, para melhor fluidez do tema, iremos nos atentar apenas aos acontecimentos mais significativos.

A convenção Belém do Pará, como ficou popularmente conhecida a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, acontecida em 9 de junho de 1994, foi a precursora da Lei Maria da Penha.

"Foi esta Convenção que sustentou as bases da denúncia de Maria da Penha Maia Fernandes junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual constatou que o Brasil violou os direitos e os cumprimentos de seus deveres, recomendando ao Estado brasileiro que intensifique o processo de reforma que evite a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra as mulheres." (Defensoria Pública, DF, 2018)

Criada em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) tinha como objetivo era desenvolver ações conjuntas com os demais ministérios e secretarias, incluindo as especificidades das mulheres nas políticas públicas executadas pelo governo federal. "A SPM era vinculada ao gabinete presidencial e sua liderança tinha status de ministro(a), o que representava um avanço em relação às agências anteriormente criadas em nível federal" (Bohn, 2010, 193). Entre novembro de 2003 e setembro de 2006, o consórcio formado por seis ONGs feministas¹⁸ redigiu a lei federal 11.340/2006, do qual veremos a minuta do anteprojeto:

- a) conceituação da violência doméstica contra a mulher com base na Convenção de Belém do Pará, incluindo a violência patrimonial e moral;
- b) criação de uma Política Nacional de combate à violência contra a mulher;
- c) medidas de proteção e prevenção às vítimas;
- d) medidas cautelares referentes aos agressores;
- e) criação de serviços públicos de atendimento multidisciplinar;
- f) assistência jurídica gratuita para as mulheres;

¹⁸ "O Consórcio envolveu uma coalizão de seis organizações não governamentais feministas (Cepia¹⁵, CFEMEA¹⁶, Cladem¹⁷, Themis, Advocaci¹⁸ e Agende¹⁹) que em 2001 se articulou para produzir uma solução legislativa para o problema da violência doméstica contra as mulheres. Ao longo de 2002, esse grupo passou a ser denominado de Consórcio de ONGs (Barsted, 2007) ou Consórcio de ONGs feministas" (Calazans e Cortes, 2011, P. 189).

g) criação de um Juízo Único com competência cível e criminal através de Varas Especializadas para julgar os casos de violência doméstica contra as mulheres e outros relacionados;

h) não aplicação da Lei 9.099/1995 – Juizados Especiais Criminais – nos casos de violência doméstica contra as mulheres. (Calazans e Cortes, 2011, p. 44).

1.1 - CONCEITUANDO FEMINICÍDIO E FEMINICÍDIO POLÍTICO

Se o julgamento de Doca pelo assassinato de Ângela serviu para que a legítima defesa da honra fosse, de vez, uma tese anulada pelos movimentos feministas, a busca por justiça de Maria da Penha para condenar seu agressor transformou-se em lei e desdobrou-se na lei do feminicídio e, posteriormente, no conceito de feminicídio político. Quando a violência contra a mulher resulta em morte, tipifica-se como feminicídio, homicídio cometido contra a mulher por conta de seu gênero feminino.

"A Lei Maria da Penha é uma preservação tanto para a vida da mulher quanto uma prevenção de mortes anunciadas. Contudo esta lei não tem caráter de sanção, mas de proteção. A Lei do Feminicídio alterou tanto o Código Penal como a Lei de Crimes Hediondos o incluindo na sua lista." (Jusbrasil, DF, 2021.)¹⁹

Renata Souza, que hoje é deputada estadual do Rio de Janeiro, conceitua o termo “feminicídio político” para o caso de Marielle e outras mulheres que foram assassinadas em exercício de cargo parlamentar, sindical, entre outros cargos de liderança, como Margarida Alves, Mãe Bernadete, irmã Dorothy, Nega Pataxó e tantas outras lideranças assassinadas que não caberiam nessas páginas, porém, vale ressaltar brevemente a trajetória de cada uma delas por serem trajetórias de lideranças negras e femininas que, assim como Marielle, foram interrompidas em exercício de cargo, revelando um padrão de violência sistêmica e a negligência para proteger as vidas que continuam disputando o poder político. Todos esses nomes e os de tantas outras pessoas formam, juntamente com Marielle, uma constelação de lideranças assassinadas em prol de uma causa de vida. Essas causas são atravessadas por questões relacionadas diretamente ao gênero, a raça e ao território.

“o assassinato de lideranças femininas à frente da política é algo real em nossa sociedade(...). O patriarcado deixou o legado de invisibilização das mulheres em vida e em morte. E não seria diferente com aquelas que ousaram, e ousam, estarem na linha

¹⁹ Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-lei-maria-da-penha-e-os-casos-de-feminicidio/1280311699> > . Acesso em 2/4/25.

de frente da política, seja essa institucional ou não” (Souza, p.127, 2020)

Dar nomes e rostos às pessoas que foram assassinadas é buscar uma mínima dignidade à vida do indivíduo, pois, como bem analisam Carla Rodrigues e Tássia Áquila (2020), é na condição de enlutável que se separam os corpos descartáveis e os corpos úteis. As homenagens feitas à Marielle, sejam cortejos fúnebres, cantos, pinturas, entre outras, revelam o desejo coletivo de trazer à memória o nome e o rosto de uma líder mulher assassinada que lutava pelos direitos dos marginalizados. Desejo esse que foi nutrido a partir de uma experiência coletiva de dor configurado em um cenário de morte.

Na América Latina, antes mesmo de haver um conceito para isso, o assassinato de mulheres por motivos políticos e ideológicos é um dos maiores responsáveis pelo atraso da equidade de gênero na representação democrática (Souza, 2020).

“Eis que nós, feministas negras, erguemos a voz e a cabeça - como fizeram nossas ancestrais Anastácia, Dandara e Aqualtune -, em um tempo de política do medo e da barbárie” (Souza, 2020). Entregue ao coronelismo, fruto da época da colonização, a América Latina é um grande campo de tensionamentos políticos entre seus países. A economia que “quebra” na Argentina interfere na Ibovespa, os zapatistas na América Central fortalecem os movimentos indígenas na Amazônia cada vez que se levantam, e assim, de forma mútua e multilateral, acontece com os movimentos sociais, em menor ou maior grau. A Marcha das Margaridas, o maior movimento de mulheres da América Latina, tem esse nome em homenagem a Margarida Alves, primeira presidente mulher do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Alagoa Grande (PB), cidade em que nasceu Dona Marinete, mãe de Marielle.

A Marcha das Margaridas acontece desde os anos 2000, mobilizou e visibilizou o movimento das mulheres rurais e, em 2017, as mulheres indígenas juntaram-se à marcha, reivindicando a terra e o direito de manter-se em seus territórios. Da mesma forma que "as margaridas" são mulheres que espelham a imagem da própria Margarida Alves, "as sementes" de Marielle desabroçam e são reflexos da própria Marielle. Somos muitas, mulheres negras, lésbicas, bissexuais, transsexuais, de favela, da classe média, camelôs e intelectuais. Somos diversas, mas não dispersas.

“Queremos respeitado o nosso modo diferenciado de ver, de sentir, de ser e de viver o território. Saibam que, para nós, a perda do território é falta de afeto, trazendo tristeza profunda, atingindo nosso espírito. O sentimento da violação do território é como o de uma mãe que perde seu filho. É desperdício de vida. É perda do respeito e da cultura, é uma desonra aos nossos ancestrais, que foram responsáveis pela criação de tudo. É desrespeito aos que morreram pela terra. É a perda do sagrado e do sentido da vida.”²⁰

Em 2019, a marcha homenageou Marielle Franco com uma grande faixa que continha os escritos: “as rosas da resistência nascem no asfalto”. Nessa marcha, a atual ministra da igualdade racial, Anielle Franco, irmã de Marielle, conta que sua mãe e sua avó conheceram Margarida. Todo ano, na data da morte de Margarida, acontece em Alagoa Grande, uma grande homenagem à sua memória. Todo ano em 14 de março, desde 2018, as sementes de Marielle se reúnem no Centro do Rio para honrar seu legado e cobrar justiça pela sua morte.

“Nós, Margaridas, somos muitas em uma: mulheres da classe trabalhadora, mulheres rurais, urbanas, jovens, negras, lésbicas, trans, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de côco, catadoras de mangaba, apanhadoras de flores, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, coletoras, caiçaras, faxinalenses, sertanejas, vazanteiras, retireiras, caatingueiras, criadoras em fundos de pasto, raizeiras, benzedadeiras, geraizeiras, entre tantas outras.”²¹

Alagoas Grande cresceu através da mão de obra escrava que trabalhava nas lavouras de cana de açúcar. Como legado de resistência à escravidão, a comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos é formada por 522 pessoas, a maioria, jovens que vivem da subsistência.

Margarida viveu no sítio Jacu como trabalhadora do campo até os 22 anos, quando foi expulsa com sua família (pai, mãe e oito irmãos) por latifundiários que visavam o terreno para criação de gado. Em defesa da terra, Margarida tornou-se militante dos direitos humanos, dos trabalhadores rurais e das mulheres camponesas. Defendia que os direitos dos trabalhadores urbanos fossem estendidos para todos os trabalhadores, como carteira assinada, décimo terceiro,

²⁰ Trecho retirado do Site da Marcha das Margaridas. Disponível em < <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=asmargaridas> >. Acesso em 10/04/2024.

²¹ Trecho retirado do Site da Marcha das Margaridas. Disponível em < <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=asmargaridas> >. Acesso em 10/04/2024.

licença maternidade, entre outros. Enfatizava que os filhos dos trabalhadores rurais deveriam estar na escola, e não nas lavouras. Em sua gestão no sindicato, criou o programa de alfabetização para trabalhadores no campo, com base na pedagogia de Paulo Freire. Enfrentou os latifundiários movendo mais de cem ações judiciais e processos trabalhistas porque “da luta eu não fujo”.

Denunciou os usineiros de açúcar como novos senhores de engenho, principalmente a corporação Usina Tanques S.A, construída no século XX para exploração de negros e extração da cana de açúcar. Não é incomum encontrar nos noticiários de jornais, pessoas que são resgatadas de trabalhos análogos à escravidão no campo. Muitos são descendentes de negros escravizados da época colonial. Assim como Marielle, Margarida exerceu o cargo de liderança sindical por um ano, até ser assassinada, em 12 de agosto de 1983, com um tiro de espingarda calibre 12, no rosto, na porta de casa.

Mãe Bernardete e Irmã Dorothy, ambas conhecidas por sua fé, tiveram o mesmo fim que Marielle. Apesar de ser uma mulher branca norte-americana, irmã Dorothy não escapou às estatísticas de lideranças femininas assassinadas no Brasil.

Maria Bernadete Pacífico exercia o cargo de coordenadora na Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos. Entre 2009 e 2016, exerceu função de secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no município de Simões Filho. Conhecida como Mãe Bernadete, era ialorixá e líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Caipora (BA). Liderava uma associação de agricultores com aproximadamente 120 produtores de farinha para vatapá, frutas e verduras.

Mãe Bernardete já havia perdido seu filho, Binho do Quilombo, que fora assassinado em 2017. Os dois lutavam juntos na justiça contra a empresa Naturalle que pretende construir um aterro nos arredores do quilombo. A empresa Naturalle é registrada em nome de Vitor Loureiro Souto, filho de Paulo Souto, que foi governador da Bahia duas vezes (de 1995 até 1998; de 2003 até 2007), vice-governador uma vez (1991 até 1994) e senador federal também pela Bahia até 2003. Segundo a matéria publicada pelo site G1²², Mãe Bernadete teria sido assassinada por “conflitar com os interesses dos líderes do tráfico de drogas da região”.

²²Disponível em: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/04/03/suspeitos-de-envolvimento-na-morte-de-mae-bernadete-na-bahia.ghtml>>. Acesso em 15/09/2024.

Dorothy Mae Stang, a irmã Dorothy, pertencia a congregação religiosa Irmãs de Nossa Senhora de Namur, dedicadas a “fazer conhecida a bondade de Deus pelo mundo”²³ à educação dos mais pobres. Fundada em 1804 com sede em Roma, a congregação mantém seu foco de redes missionárias em países subdesenvolvidos, como Congo, Nicarágua, Peru, África do Sul, Sudão do Sul, Zimbábue, Brasil, entre outros. Alguns países do norte global, como Japão, Estados Unidos e Bélgica, também contam com a presença católica das Irmãs de Namur.

Em 1956, Dorothy Stang declarou seus votos perpétuos (pobreza, castidade e obediência), assim, tornando-se Irmã Dorothy. Foi professora em três escolas da congregação, localizadas nos Estados Unidos, até 1966, quando iniciou o seu trabalho missionário no Brasil. Residiu na Vila de Sucupira, no município de Anapu, no Estado do Pará, a cerca de 500 quilômetros da capital Belém do Pará. Junto aos trabalhadores rurais da Região do Xingu e aos trabalhadores da transamazônica, irmã Dorothy visava minimização dos conflitos fundiários na região. Acompanhou a Pastoral da Terra desde a sua fundação. Era defensora da reforma agrária e uma das principais divulgadoras da ideia da região do Xingu, lutando contra a exploração da terra na Região Amazônica.

A Comissão Pastoral da Terra, criada em época de ditadura militar no Brasil, busca ser:

“um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico.”²⁴

A Comissão Pastoral da Terra se destaca pela luta contra o trabalho análogo à escravidão de trabalhadores rurais e sem-terra. Inicialmente ligada à Igreja Católica, mas, posteriormente, agregando outras congregações como a evangélica, a CPT busca a democratização das terras com a reforma agrária, a produção orgânica e a espiritualidade cristã como conjunto formador de sua base.

Aos 73 anos, no dia 12 de fevereiro de 2005, irmã Dorothy foi assassinada com sete tiros. Um ano antes, ela tinha recebido uma premiação da Ordem dos Advogados do Brasil pela

²³ Retirado de < <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/testemunhos-da-amazonia/irma-dorothy.html> >. Acesso em 15/09/2024.

²⁴ Trecho retirado de < <https://www.cptnacional.org.br/> >. Acesso em 12/09/2024.

sua defesa aos direitos humanos. Há uma história que conta que, ao ser questionada pelo seu assassino se estivera armada, irmã Dorothy mostrou a bíblia que estava em suas mãos e disse: “eis minha arma”.

Em janeiro de 2024, Maria de Fátima Muniz foi assassinada por um filho de fazendeiro pertencente ao grupo “Invasão Zero”. O grupo busca expulsar indígenas de terras asseguradas pela lei, para a plantação, principalmente, de soja para gado. No sul do estado da Bahia, vivem, em duas reservas, os indígenas Pataxó Hã-hã-hãe, na Fazenda Baiana e na Terra indígena Caramuru-Paraguaçu. Antes da colonização, do genocídio e da migração forçada, a região era habitada por indígenas de diversas etnias. Hoje, a comunidade indígena resulta da união dos antigos pataxós hã-hã-hães com os baenãs, os camacãs, os mongoiós, os sapuiás-quiriris e parte dos geréns e dos tupiniquins. Atualmente, são cerca de 3.959 pessoas.²⁵

Nega Pataxó – como era conhecida Maria de Fátima - era pajé de sua comunidade, doutora em Educação por Notório Saber pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora. Ao lado de seu irmão, o cacique Nailton Muniz Pataxó, Nega Pataxó travou uma luta corpo a corpo com fazendeiros que invadiram as terras indígenas, munidos de aproximadamente 30 (trinta) veículos e armas de fogo. A Polícia Militar foi acionada e, segundo relatos dos indígenas sobreviventes, colaborou para que os fazendeiros invadissem as terras: “a polícia mandou as viaturas saírem da frente de nós. E aí entrou os fazendeiros com os pistoleiros. E aí foram batendo em nós, machucando criança, gente de idade. E foi atirando até atingir dois caciques”.²⁶

Mesmo não se enquadrando na categoria mulheres, mas tendo seus corpos feminizados, isto é, passíveis de serem violados, vale ressaltar o nome de Chico Mendes, não me esquecendo de tantos outros homens negros que tiveram suas vidas roubadas em prol de construir uma vida digna para todas e todos. Francisco Alves Mendes Filho começou sua atividade extrativista do látex aos nove anos de idade, ao lado do seu pai, nordestino que migrou para a floresta amazônica em busca de melhores trabalhos.

Foi um dos criadores do Conselho Nacional dos Seringueiros e participou da criação das Reservas Extrativistas, locais onde a extração pode e deve acontecer de maneira que acarrete

²⁵ Dados retirados de < <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3791> >. Acesso em 12/09/2024.

²⁶ Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/25/pm-abriu-caminho-para-fazendeiros-matarem-nega-pataxo-dizem-sobreviventes-de-ataque-ruralista-na-bahia> >. Acesso em 12/09/24.

danos ao meio ambiente. Em vida, lutava pela vida da floresta amazônica, recrutando os “soldados da borracha”, que eram ativistas ambientais e trabalhadores da floresta. Nasceu, cresceu e morreu em Xapuri, no Acre. Em 1988, aos 44 anos, Chico foi assassinado com um tiro de escopeta no quintal de casa, ao sair para tomar banho²⁷ mesmo tendo dois policiais militares como seguranças. O assassino confesso é Darci Alves Pereira, filho do fazendeiro Darly Alves. Chico Mendes já havia denunciado às autoridades as ameaças que vinha sofrendo em nome de Darly.

“A história do país, desde a colonização e escravidão, traz essa marca da história de indivíduos descartados, mortes no atacado, sem nome, sem rosto, mas negros, negras, pobres e escravizados/as. Aqui a morte foi desde cedo, muito mais do que um fato, mas um princípio valorativo promotor de uma escala seletora do direito à vida” (Nascimento, Costa e Fernandes; p.3, 2020).

A interseccionalidade nos permite olhar para as "diferenças que fazem a diferença" (Crenshaw, p.173, 2002) e perceber que a questão racial e de gênero estão presentes em todos os assassinatos políticos supracitados, se tratando de majoritariamente de pessoas negras e mulheres que estavam em áreas rurais e/ou periféricas.

Assim, a interseccionalidade aparece para “dar instrumentalidade teórico metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado” (Oliveira, p.305, 2020). Analisar os casos dessa constelação baseada na interseccionalidade é convergir os diferentes marcadores sociais que se constituíram enquanto opressões de gênero, raça, classe na modernidade, e perceber como essas marcações irão interferir na relação do sujeito para com o seu meio social. Com a sua origem transitando na corda bamba entre movimentos sociais e teoria social, a interseccionalidade, primeiro ligada aos movimentos sociais estadunidenses – principalmente o feminismo negro – a interseccionalidade é produzida dentro e fora da academia por intelectuais que também são militantes, oferecendo-se como um termo “guarda-chuva” justamente por sua capacidade de abrangência.

Portanto, os estudos de raça, classe e gênero passaram a “suplementar ao longo do tempo a sexualidade, idade, habilidade, etnia e religião” (Collins, 2017, p.5). Ciente das armadilhas teóricas de superinclusão e subinclusão que permeiam a interseccionalidade

²⁷ Em áreas rurais, é comum que o banheiro fique do lado de fora da casa.

(Crenshaw, 2002), utilizaremos dela a ideia de “liberdade indivisível” (Collins, 2017, p.8), que não nos permite setorizar a luta em *fronts*, mas que busca estreitar os laços das pautas políticas, no que diz respeito aos direitos humanos, a medida em que trabalha para a união de investigação crítica e práxis, assim,

“conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado” (Collins, 2017, p.10).

Muitas vezes, projetamos em vínculos políticos, comunitários e afetivos (aqueles que fogem às dinâmicas do amor conjugal), formas de sentir que foram aprendidas em outros registros. Essa projeção emocional reflete os limites que o modelo ocidental de amor impõe à nossa capacidade de nomear experiências como o luto, o cuidado e a ausência de figuras como Marielle.

Claudia Sciré, doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, aponta que o amor romântico ainda opera como matriz predominante na leitura das emoções no Ocidente. A partir dessa perspectiva, a dor da perda, por exemplo, tende a ser interpretada segundo os moldes afetivos da intimidade conjugal, mesmo quando não se trata desse tipo de relação. Sciré sugere que nossas formas de sentir não são neutras: elas são culturalmente aprendidas e politicamente situadas. Aprendemos a sofrer, a cuidar e a amar dentro de limites simbólicos que, muitas vezes, não contemplam as relações insurgentes que nascem da luta coletiva e da partilha política.

No entanto, essa abordagem me parece insuficiente para abarcar o que representou e representa a perda de Marielle. O sentimento de ausência não é o de uma perda amorosa no sentido romântico, mas o de uma perda histórica e política. Marielle não era apenas uma amiga, companheira, mãe ou esposa. Ela era, e ainda é, uma representação concreta de um projeto coletivo, de uma luta negra, periférica, feminista e popular. A dor de sua morte não se limita ao luto individual, mas escancara uma ferida coletiva.

A partir da minha escuta, dos encontros e das entrevistas realizadas no campo, percebo que há uma pluralidade de formas de amar e de sofrer que não cabem nos esquemas tradicionais. As redes que sustentaram Marielle — de afeto, lealdade, militância e pertencimento — são

também redes de produção de sentidos sobre a vida, a morte e o legado. Nelas, o amor não é possessivo, exclusivo ou romântico: ele é coletivo, insurgente, tecido na luta e na solidariedade cotidiana. Nesse sentido, o amor, o cuidado e o luto que sentimos por Marielle são também formas de ação política, de mobilização e de resistência.

É necessário ressaltar que, apesar de reconhecermos a importância da memória de Marielle após sua morte, postos nos textos acadêmicos já explicitados, nos atentaremos para o que Marielle fez em vida, no decorrer dessa pesquisa. Tratar sobre a morte e o luto foi necessário porque o material encontrado nas bibliografias tinha esse tema como foco. No próximo capítulo, veremos algumas das estratégias para resignificação da dor e do luto.

1.2 - MULHERES, AMOR E SOLIDARIEDADE

“A dor é um sentimento comum a todas e todos nós, (...) é um estado emocional que se revela incomunicável, mesmo que as palavras se encarreguem de traduzi-la, nunca será capaz de expressar sua real intensidade” (Nascimento et.al., p.2, 2020). Ao dar significância a morte como valor político, os autores desse artigo baseiam-se na capacidade do sofrimento universalizado, da dor emocional e física, de unir pessoas à medida em que nos solidarizamos uns com os outros. A política de morte institucionalizada pela violência do Estado, muitas vezes de forma maquiada, reproduz a lógica de “extrair, danificar e reparar” (Vergés, 2021), ou seja, “perpetua a sobrevivência da matriz colonial no contexto contemporâneo” (Nascimento et.al., p. 4, 2020).

Entendemos por violência institucionalizada pelo Estado não só as mortes causadas por agentes de segurança pública, mas também as mortes por questões sanitárias (como pandemias); mortes de pessoas em cargos do legislativo, executivo ou judiciário, devido ao cargo que exerciam; carestia; terrorismo; mortes em protestos ou golpe militar; genocídio/etnocídio e mortes por crime organizado. (Kalyvas, 2019).

Porém, se a dor é capaz de unir as pessoas, o amor também o faz:

“Escrevo no plural porque tenho certeza de que esta é uma construção coletiva, feita por muitos braços e corações que têm me ajudado a seguir diante de tamanha violência e fortalecido uma rede global de solidariedade e ação. Para além disso, é importante lembrar que se hoje são também minhas as palavras

que acolhem e ampliam essa luta, é porque meu encontro de vida com Marielle teve de ser reconhecido a contragosto das vozes que insistem em negar e invisibilizar um amor entre mulheres como o nosso, confrontado com muitos obstáculos para ser plenamente.”

O trecho acima faz parte da “Carta de Paris”, um dossiê escrito por Mônica Benício para a inauguração do Jardim Marielle Franco, na cidade de Paris, em 22 de setembro de 2019. Durante a leitura do dossiê, é possível perceber como a afetividade se torna um campo importante no que diz respeito a continuação da memória de Marielle Franco. Em um discurso de uma página, a palavra “solidariedade” aparece no texto 2 (duas) vezes. A palavra “amor” aparece 5 (cinco) vezes. “Luta” aparece 4 (quatro) vezes. Stéphanie Palancade, ativista e historiadora que ficou responsável por traduzir a carta de Mônica Benício para os franceses, relatou em seu dossiê o sentimento de solidariedade presente na sua iniciativa de homenagear Marielle:

“Je voulais aussi apporter mon soutien aux brésiliens que j’avais vu bouleversés à la suite de l’assassinat de Marielle. Et envoyer un message de solidarité et de sororité à Monica Benicio comme une petite flamme depuis la France vers Rio de Janeiro”

“Eu também queria apoiar meus amigos brasileiros que estavam transtornados pelo assassinato da Marielle. E enviar uma mensagem de solidariedade e de sororidade à Mônica Benício como uma pequena chama daqui da França para o Rio de Janeiro”. (tradução minha)

Nos estudos de gênero, podemos compreender com Chandra Mohanty (2020) que as teorias feministas que pretendem estabelecer uma visão contra hegemônica, principalmente as que partem do sul global, necessitam se voltarem mais para o conceito de solidariedade de bell hooks do que perpetuar a ideia de sororidade, ou irmandade, intrínseco no pensamento feminista eurocêntrico, pois nele está a armadilha descrita por Carla Akotirene:

“Em nome da irmã universal, parcelas significativas de nós negam a existência do racismo estrutural nas plataformas feministas, que desconhecem privilégios acadêmicos que nos separam e os impasses por estarmos decididas a lutar ao lado dos homens negros, mesmo sabendo do teor hegemônico das suas masculinidades” (p. 45, 2019).

Dessa maneira, a solidariedade internacional anticapitalista (Mohanty, 2020), aparece como alternativa ao discurso de sororidade do feminismo liberal.

No que diz respeito ao amor:

“É bem mais fácil falar de perda do que de amor. É mais fácil articular a dor da ausência do amor que descrever sua presença e seu significado em nossa vida.”²⁸

E talvez essa seja a parte mais difícil da minha escrita até agora. O choro já é um lugar conhecido para esta pesquisadora que vos escreve, mas as palavras se embolam quando o assunto é o amor.

“Em algum ponto do caminho, na transformação de menina em mulher, aprendi que fêmeas realmente não tinham nada sério para ensinar ao mundo sobre o amor. A morte se tornou meu tema. Ninguém ao meu redor, nem professores nem estudantes, duvidava da capacidade de uma mulher de ser séria quando se tratava de pensar e escrever sobre a morte”. (hooks, 2021, p.26)

Marielle Franco pautou a afetividade como um dos pilares da sua política:

“Então, nessa perspectiva do diálogo que vai ter que entender qual é o papel que a gente vai fazer com o Estado, isso é central pra minha concepção hoje, a afetividade e a assertividade que as mulheres têm. E aí, não é sensibilidade, não é *mimimi*, é firmeza. É compreensão maior desse processo que tá colocado”.

²⁹

E assim, venho dedicando os meus esforços a fazer exatamente o contrário daquilo que me foi imposto. Não é nada fácil. Por muitas vezes, a realidade se mostra, para mim, insustentável, depois de tanto estudar sobre a morte e o luto. A palavra “assassinato” me persegue como minha sombra. A esperança parece uma piada pronta depois de ver tantos líderes negros que tombaram.

Há tempos, já não acompanho as notícias sobre o caso Marielle nos jornais. Porém, há um caminho que, mesmo pouco explorado por mim, se fez presente na carta da Mônica, e só continua a se fazer presente nas homenagens à Marielle porque esteve nela: o amor, como um

²⁸ Hooks, bell. 2021.

²⁹ Vídeo de 25 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IKSWfgZLKMA>. Acesso em 24 de setembro de 2024.

caminho teórico, é uma das bases dessa pesquisa. Atente-se: o amor não é o oposto da morte, nem do luto. Pelo contrário, há amor na morte e no luto. Justamente porque há, que reivindicamos a memória de Marielle. Os sentimentos não podem ser postos em prateleiras como objetos, onde cada um tem seu momento certo de ser usado. Porém, é no amor que encontramos o motor de energia para continuação da vida.

Bell hooks, ao teorizar sobre o amor, chama a nossa atenção para o fato de que a nossa dificuldade de falar sobre o amor não está só no fato de que não temos conhecimento sobre a definição de amor, mas também ocorre por conta do patriarcado enraizado no seio social que distancia o amor das famílias - considerando que as famílias são o primeiro meio social de uma sujeita(o). Com sua versão de masculinidade branca, ocidental e eurocêntrica, o amor, como sentimento, é entendido como uma fraqueza, e enquanto ação, é a subjugação da mulher para caber em padrões que agradam o masculino, seja na estética, na oratória, no prazer, no agir e no pensar.

“Uma mulher que fala de amor é suspeita. Talvez isso ocorra porque tudo que uma mulher esclarecida teria a dizer sobre o amor representaria uma ameaça direta e um desafio às visões que nos foram oferecidas pelos homens”. (hooks, p.28, 2021).

Em questões relativas ao gênero, para essa pesquisa, entendemos que, apesar de haver diferenciações biológicas, elas não determinam o social. Entendemos que gênero é uma construção histórica, social, processual e cultural. E, assim sendo, deve ser analisado de maneira interseccional. Ao analisar os “Problemas de Gênero”, Judith Butler (1990) pondera que os gêneros não são apenas uma interpretação performática cultural do sexo, mas se situam em uma produção de discurso do “sexo natural” e binário, constituindo o aparato onde esses mesmos sexos são estabelecidos.

Ou seja, justificar o “sexo natural” através de performances de gênero é reafirmar que o sexo natural só existe através de um gênero pré-estabelecido socialmente, estremecendo as bases do cisheteropatriarcado. Logo, não há razões para acreditarmos em narrativas que dizem que “mulheres são marte, homens são de vênus”, que o amor é um assunto romântico dedicado às mulheres, ou, até mesmo, que o amor não pode ser uma teoria acadêmica, destinados aos poetas.

Ao fazer uma rápida reflexão sobre o retrato do amor nas grandes mídias, hooks observa que as mulheres falam de um lugar da falta, da ausência, enquanto os homens falam, ou de um

lugar de distância do amor, logo, do compromisso, ou de um lugar de saber ser amado. Como exemplo, Liniker, cantora trans negra brasileira, na música Caju, que diz:

“Quando eu alçar o voo mais bonito da minha vida,
Quem me chamará de amor,
De gostosa,
De querida?”³⁰

Akotirene cita Audre Lorde para dizer que “após a colonização, aprendemos a tirar lucro das diferenças, eliminar o excedente humano através de desumanizações etnicorraciais constando lesbofobia e etarismo militantes” (2019, p. 15). O racismo enquanto violência sistêmica é capaz de causar danos físicos e psicológicos graves a uma sujeita, como “taquicardia, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não-provocada, hipertensão arterial, úlcera gástrica, alcoolismo, entre outros” (Silva, 2012, p. 130).

Para superar o complexo de inferioridade do negro (Fanon, 2008) é preciso ter uma rede, pois “o amor-próprio não pode florescer sozinho” (hooks, 2021, p. 83). Já a lesbofobia pode ser entendida enquanto “o medo ou rejeição (de forma objetiva ou subjetiva) que as mulheres vivenciam por ter amor, afeto ou desejo sexual por outras mulheres”³¹ e produz violências tão letais quanto o racismo:

“Algumas são assassinadas, estupradas, forçadas a casamentos heterossexuais, ou internadas em instituições psiquiátricas. Algumas se suicidam, a outras é negada a guarda de suas crianças e o direito de adoção. (...) O acesso a pensão ou herança de suas amantes mortas também lhes é negado, e tampouco têm direito a terras ou propriedades. [...] Para evitar estigmatização social, prisão ou demissões, as lésbicas têm se enclausurado atrás de um muro de silêncio.” (Blackwood e Wieringa, 1999, p.26, apud Santos, Araújo e Rabello, 2014, p. 106)

Quando Marielle foi assassinada, a mídia começou a procurar pela família em busca de entrevistas jornalísticas. “A família de Marielle”, a maior parte das vezes, não inclui a Mônica

³⁰ A letra completa da música está disponível em: < <https://www.lettras.mus.br/liniker/caju/> >. Acesso em 29/09/2024.

³¹ Fonte: < <https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=12730> >. Acesso em 16/7/25.

Benício. Em relato de uma publicação na rede social Instagram, Mônica escreve que só conseguiu sair do silêncio que lhe foi imposto quando as mulheres lésbicas militantes começaram a questionar a ausência de Mônica nas narrativas: “fui eu quem despi seu corpo depois de dias exaustivos no trabalho, para ser colo e aconchego e fui eu também que escolhi e separei com cuidado a roupa que vestiu seu corpo para o seu funeral”³². E assim se faz travada uma disputa de narrativas e subversão à ideologia vigente.

“Por isso destaco que falar enquanto esposa de Marielle, enquanto mulher lésbica, é falar também pela afirmação do amor entre mulheres como motor da mudança e grito por nosso direito de ser e amar”³³.

O amor entre mulheres não se limita ao amor romântico, apesar de ser o mais estigmatizado. Quando falamos sobre redes, estamos falando sobre “o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores.” (Colonomos, 1995 apud Acioli, p.2, 2007). Ou seja, para que as relações sociais se estabeleçam de maneira harmônica – não perfeita, nem equalitária, mas harmônica – precisamos de pessoas engajadas na manutenção da vida (Bellacasa, 2023). Reconstruir as redes de relações de Marielle através de sua trajetória de vida é, também, refletir de que maneira essas redes foram formadas através do amor - carinho, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso e confiança, assim como honestidade e comunicação aberta - e da afetividade presente na política de Marielle.

O cruzamento das redes de Marielle não diz respeito só as redes as quais ela participou, mas também redes que por ela foram formadas, e como essas redes estabelecidas em espaços sociais (igreja, mestrado, família etc.) se retroalimentam. As redes de Marielle podem ser descritas por espaços sociais a qual ela foi inserida, como: a família de nascimento; a família que criou com Mônica; a religião (que circula entre a Igreja Católica e os terreiros); a política (onde o PSOL tem um papel central, mas não se limita ao partido); a favela da Maré.

Os meios por si só, não formam as redes. As redes são formadas por pessoas que habitam ou circulam nestes espaços. Preocupe-me em não limitar tais redes aos nomes de

³² Texto publicado por Mônica Benício na rede social Instagram no dia 14 de agosto de 2024.

³³ Carta de Monica Benício lida pela ativista e historiadora Stéphanie Palancade em razão da inauguração do Jardim Marielle Franco pela Prefeitura de Paris em 22 de setembro de 2019. Disponível em < <https://generoesexualidade.ffch.ufba.br/carta-de-paris-por-monica-benicio-paris-setembro-de-2019-pt-e-fr/> >. Acesso em 15/7/25.

pessoas em específico, por receio de esquecer-me de alguém ou de não ter tempo hábil para todos os nomes. Todavia, veremos algumas dessas pessoas no decorrer da pesquisa.

A morte, quando atravessada pelo amor, não é apenas ausência, mas também presença insistente. Ao pensar Marielle pela chave do amor, compreendemos que não se trata apenas de narrar sua ausência violenta, mas de afirmar a potência daquilo que ela semeou. Amor e morte, nesse sentido, não se anulam: se entrelaçam.

A relação entre morte e amor nos ajuda a pensar o caso de Marielle porque, como ensina bell hooks (2021), o amor não é uma emoção privada, mas uma prática ética e política capaz de sustentar a vida diante das forças que a negam. A morte de Marielle não pode ser compreendida apenas como um fim trágico imposto pela necropolítica; ela nos obriga a enxergar o quanto o amor esteve e continua presente em sua trajetória. Foi o amor que estruturou sua forma de fazer política e é esse mesmo amor que, após sua morte, se manifesta nas cartas, nos atos de memória, nas homenagens e nas redes de solidariedade que se multiplicaram em seu nome.

Ao lermos a “Carta de Paris”, escrita por Mônica Benício, percebemos que a dor do luto só pôde ser transformada em luta porque havia amor. O assassinato tentou impor o silêncio, mas foi o amor que fez emergir uma linguagem para narrar a ausência e, ao mesmo tempo, reafirmar a presença de Marielle. Como nos lembra hooks (2021), vivemos em uma cultura patriarcal que despreza o amor, que o associa à fraqueza ou à submissão feminina. Falar de amor, sobretudo entre mulheres, é sempre um ato de resistência. No caso de Marielle, a afirmação pública de um amor lésbico e negro é também uma recusa a aceitar a morte como apagamento.

Pensar Marielle pela chave da relação entre amor e morte é, portanto, reconhecer que a violência que a matou não conseguiu interromper os vínculos que ela construiu. O amor, em sua radicalidade política, transforma a dor em energia coletiva e mantém viva a potência de sua existência. A memória de Marielle se sustenta não só na denúncia de seu feminicídio político, mas também na celebração do amor que ela viveu e distribuiu. Nesse entrelaçamento, compreendemos que morte e amor não se opõem: a morte revela o quanto havia de amor em sua vida e em sua prática política, e o amor assegura que sua morte não seja fim, mas continuidade em redes que seguem produzindo vida e resistência.

Assim, se a morte de Marielle tentou interromper sua trajetória, o amor que ela cultivou segue vivo nas redes que ajudou a formar e a fortalecer. Essas redes não são apenas estruturas

sociais abstratas, mas expressões concretas de solidariedade, cuidado e compromisso político. São elas que mantêm sua memória em movimento, transformando o luto em ação e a dor em coletividade. É nesse terreno, onde amor e resistência se encontram, que o próximo capítulo se detém: compreender como as redes de Marielle se constituíram e de que forma continuam a expandir os sentidos de sua vida e de sua luta.

2- REDES, AFETO E CUIDADO

“Descrever os afetos é um desafio complicado. Por exemplo, como foi definido por Massumi (2002), o afeto é pré-cognitivo, pré-linguístico, pré-simbólico e pré-subjetivo: algo que se perde assim que se tenta agarrá-lo. De acordo com ele, “é a percepção dessa autopercepção, sua nomeação e o ato de torná-lo consciente que permite ao afeto ser analisável – a partir do momento em que se encontra um vocabulário para aquilo que é imperceptível, mas cuja fuga da percepção não pode deixar de ser percebida, desde que se esteja vivo”. (De Antoni, A., & Dumouchel, 2020, p.8)

Escrever sobre Marielle Franco é, para mim, um exercício de deslocamento contínuo. É compreender que sua presença não se limita à sua trajetória política, mas se estende por redes complexas de cuidado, práticas afetivas e discursos que ainda reverberam nos corpos e territórios que ela atravessou. Quando caminho por esses lugares — físicos e simbólicos —, sinto que não posso me isentar das relações que me constituem como pesquisadora e como sujeito afetado.

Em minha imersão nas histórias e espaços que Marielle habitou, fui me dando conta de que essas redes não operam apenas no plano da razão - a clássica dicotomia ocidental entre razão *versus* emoção. Elas são tecidas por práticas do sentir, por intensidades que não se deixam facilmente capturar. Nessa direção, encontrei na antropologia do afeto e das emoções um caminho epistemológico e metodológico que me permite habitar essas complexidades sem reduzir o que é vivido a categorias fixas.

A teoria que sustenta este trabalho parte da compreensão de que o afeto é, antes de tudo, relacional. Como propõem De Antoni e Dumouchel (2020), “o ser humano individual já é ‘desde sempre’ social, no sentido de que está em relação uns com os outros em nível subpeçoal” (p. 4). Nessa abordagem, o afeto não é um elemento interior que depois se expressa no mundo, mas algo que emerge da própria interação, como parte da constituição do sujeito. A subjetividade é, portanto, um processo, e o sentir é sempre também uma prática social.

Aqui, os afetos deixam de ser entendidos como expressões puramente internas e passam a ser vistos como elementos estruturantes das relações sociais. Como escreve Wetherell (2012), o afeto é uma “figuração onde as possibilidades corporais e rotinas são recrutadas ou emaranhadas

junto com a produção de sentido e com outras figurações sociais e materiais” (apud De Antoni & Dumouchel, 2020, p. 5).

Esse conceito é especialmente importante quando penso na atuação de Marielle e nas redes que ela articulava. As práticas de cuidado que ela exercia — ao escutar uma mãe de favela, ao acompanhar um caso de violência policial, ao discursar na câmara municipal — não podem ser compreendidas separadas de seus afetos. Ela cuidava com o corpo inteiro. E isso nos convida a pensar a partir de uma teoria do cuidado, que não se limita ao âmbito privado ou feminino, mas se estende como prática política situada, sensível e ética.

Falar de cuidado como prática é também abordar o modo como os afetos são mobilizados nas estruturas do poder. O discurso sobre Marielle, após sua morte, tornou-se um campo de disputas, tanto simbólicas quanto emocionais. Nesse sentido, as contribuições de Foucault e Giddens tornam-se fundamentais para pensar como os sujeitos se produzem nas tramas de poder e agência. Foucault nos alerta que o discurso não apenas diz algo sobre o mundo, mas forma aquilo sobre o que se fala. Como ressaltam Lutz e Abu-Lughod, a partir dessa perspectiva foucaultiana, as emoções devem ser entendidas como “discursos em contexto”, sendo “fala que forma aquilo sobre o que fala” (Lutz; Abu-Lughod, 1990 apud VÍctora & Coelho, 2019, p. 11). Veremos como as práticas afetivas de Marielle operavam dentro de uma reflexividade cotidiana, onde os sujeitos constantemente monitoram suas ações e emoções, constituindo suas identidades no processo. A subjetividade de Marielle, e das pessoas ao seu redor, não era estática; ela era moldada em ação, performada em situações sociais específicas.

No campo, testemunhei como os afetos são também formas de enunciação não verbal. Eles não apenas acompanham o discurso, são eles próprios uma prática, uma maneira de reelaborar o mundo enquanto se sente: durante o julgamento dos assassinos de Marielle, um ombro amigo que acolhia outro que chorava, era o mesmo amigo que, minutos depois, precisava ser ele o acolhido; um suspiro coletivo após uma fala carregada de dor; o carinho demorado entre Luyara e eu depois de dois dias de tribunal do Júri — tudo isso é discurso, mesmo quando não há palavras.

As emoções, portanto, não são apenas respostas internas, mas âncoras que nos permitem compreender os enunciados. Elas são pistas que nos orientam, moldam o contexto e nos permitem navegar em interações complexas. Elas respondem com suas tendências aos contextos vividos, como bem apontam os estudos da antropologia das emoções, a personalidade e a

individualidade são inseparáveis dos contextos em que as emoções se expressam (Víctora & Coelho, 2019). As autoras apontam, ainda, que as emoções são também instrumentos micropolíticos. Elas dramatizam e deslocam relações de poder, operando nos espaços públicos e privados como força política transformadora. E é justamente nesse ponto que Marielle se faz presente como figura afetiva e política: ela ativava – e ainda ativa – emoções como indignação, ternura, raiva e esperança. E essas emoções moviam corpos e redes.

As redes de Marielle são, como afirma Antunes (2015), um “emaranhado de fios condutores que relacionam lugares, sujeitos, pesquisadora, imagens, conexões, nós, desconexões” (p. 5). E nesse emaranhado, Marielle é fio, é nó e é ponto de partida.

2.1- AS REDES

Neste capítulo, apresento as pessoas que interagi em pesquisa, minhas interlocutoras, que me possibilitaram acessar às redes de Marielle. Veremos também a contextualização sócio-histórica e política da trajetória de Marielle a partir das informações coletadas pelas diferentes fontes utilizadas nesta pesquisa. Veremos em formato de subtópicos a composição das redes de Marielle. As redes foram separadas dessa maneira apenas para facilitar a apresentação e melhor acompanhamento da leitora/leitor sobre o tema. No decorrer da leitura, veremos como essas redes são interligadas e se retroalimentam.

“Eu estava conversando com uns amigos que, depois que a Marielle morreu, surgiu um monte de amigo. Todo mundo era amigo dela. E depois, eu fiquei pensando, aquela coisa de ciúme, né (risos)...acho que ela tinha muitos amigos mesmo, por onde ela ia ela fazia amigos. Então, todo mundo era meio que amigo dela”. (Lia Rocha)

As dificuldades para a realização das entrevistas foram algumas. Primeiro, a dificuldade de conciliar os horários entre a pesquisadora e as entrevistadas, visto que, algumas delas, tem a agenda cheia de compromissos. Por seguinte, a dificuldade de permanecer sã, dissociando, muitas vezes, em momentos em que eu não estava trabalhando, ou sonhando com o assassinato

no meu horário de dormir, ou conversando sobre Marielle em momentos de lazer, por mais que eu fuja do assunto em determinados momentos.

Outra dificuldade foi a permanência no campo, visto que nem todas as pessoas ligadas à Marielle estão disponíveis para ceder entrevistas. Em determinado momento, senti que esgotei a quantidade de entrevistas que poderia fazer. Assim, busquei ter conversas mais rápidas e informais (como foi com o Seu Antônio), e acessar outras fontes.³⁴

- Lia Rocha

A primeira entrevista que realizei (2024) foi com Lia Mattos Rocha, doutora em sociologia, professora associada da UERJ e amiga de Marielle. Lia e Marielle eram bastante próximas, dividiram a rede da academia, da política e da Maré. Lia também ajudou na campanha de Marielle para vereadora e ambas gostavam de tirar férias juntas na casa de praia que Lia tivera. Estabeleci contato com Lia através do e-mail, e desde o primeiro contato, recebeu-me de maneira muito afetuosa. Lia é uma mulher cisgênero e branca. Estava fora do Brasil quando realizamos a entrevista remota. Quando perguntei como conheceu Marielle, disse-me “a esquerda sociológica do Rio é bem pequena”.

- Marta Batista

A relação de Marta e Marielle não era tão estreita, não eram amigas tão próximas, mas se conheciam desde a adolescência de Marta, se encontravam em eventos de militância e compartilhavam momentos de lazer. Conheci Marta na época da graduação, no campus da Universidade Rural em Nova Iguaçu. Por coincidência ou força maior, Marta conheceu Marielle em um evento de estudantes quando ainda estava no ensino médio. No momento da realização da entrevista, feita de forma remota em 2024, tinha 32 anos e se encontrava grávida do seu primeiro filho. Marta é uma mulher cisgenero, parda, servidora pública, técnica administrativa da UFRJ.

- Mayara Donaria

³⁴ Todas as informações pessoais como nome, idade e identificação racial foram autorizadas a serem expostas pelas entrevistadas.

Meu interesse em entrevistar Mayara foi porque soube que conhecera Marielle ainda criança. Ambas frequentavam a Igreja Católica e se encontravam em reuniões semanais e festas da igreja. A aproximação das duas aconteceu durante a adolescência de Mayara, e o principal motivo dessa aproximação foi o protesto “Estado que mata, nunca mais!”, onde Mayara viu em Marielle, uma referência. Posteriormente, Mayara disponibilizou-se para construir a campanha de Marielle, fazendo a arte de adesivos, lambes, etc. A autorização para fazer a campanha de Marielle, na Maré, também foi Mayara que pediu. Dessa forma, Mayara faz parte da rede da Maré, da política e da religião.

Meu contato com Mayara foi intermediado pela Laris, amiga querida e uma das responsáveis pela rede de Sementes do Instituto Marielle Franco, a qual faço parte. Mayara é uma mulher cisgênero negra, 28 anos (2024) e atua como uma das coordenadoras do Instituto Marielle Franco, além de trabalhar com audiovisual em outros coletivos.

- Flavinha (Flávia Cândido)

No mandato de Marielle, Flavinha exerceu a função de assessora parlamentar. Ela mesma pediu para que fosse chamada de “Flavinha” e não de “Flávia”. Flavinha faz parte da rede da Maré, da política e da religião, visto que frequenta a Igreja Católica na Maré e lá conheceu Marielle, mas a relação das duas se tornou ainda mais próxima quando fizeram a campanha do Marcelo Freixo em 2006 e, posteriormente, uma sabatina com a Marielle. Flavinha conta emocionada que Marielle mudou a vida dela: antes ela recebia, por mês, até um salário mínimo. Quando foi convidada por Marielle para ser sua assessora, viu sua realidade material se transformar de maneiras que ela não tinha imaginado.

A entrevista com Flavinha também aconteceu por uma ponte, feita pela Beatriz Pimentel, intelectual militante admirável que também compõe a Rede de Sementes. Flavinha é uma mulher cisgênero negra. No momento da entrevista (2024), se encontra com 42 anos, mãe de três filhos e trabalha como coordenadora do colégio de comunicação antirracista do Notícia Preta.

- Pâmella Passos

Pâmella foi amiga de Marielle, atuou na criação da APAFUNK e também construiu sua campanha. Marielle foi escolhida como madrinha de sua filha, que no momento da entrevista,

tem 10 anos. As duas se conheceram no PSOL, onde Pâmella sempre ouvia: “você tem que conhecer a Marielle” e, de fato, as duas se tornaram amigas muito próximas. Assim, Pâmella faz parte da rede da política e da Academia.

A entrevista com a Pamella foi, com toda certeza, uma das mais produtivas. Assim como foi com a Lia, entrei em contato através do e-mail. Pâmella Passos é uma mulher negra cisgênero, doutora em História Social, pós-doutora em Educação e Antropologia Social. Atua como professora de História do Instituto Federal do Rio de Janeiro, mãe de uma filha de 10 anos e no momento da entrevista tem 40 anos (2024).

- Kamila Camilo

Kamila é uma mulher cisgênero negra e cabelos encaracolados. No momento da entrevista, tinha 28 anos (2024). É fotógrafa, psicóloga, tem um mestrado em andamento em psicologia na Universidade Federal Fluminense e é idealizadora do projeto social Crias do Tijolinho, na Nova Holanda. Kamila contou-me que encontrava com Marielle, geralmente, em rodas de samba na Maré, mas que sua relação é mais consolidada com Mônica do que era com Marielle. Contou-me que se sentia intimidada por Marielle ser muito bonita e inteligente, por isso, não conseguia ter diálogos muito longos.

Abaixo, podemos ver um esquema preliminar sobre as redes de Marielle:



Note que as redes não estão distribuídas de maneira aleatória. A partir da família de nascimento, Marielle foi apresentada à religião católica, à Maré e à política, desde sua avó Filomena. Inserida em um território marginalizado somado a noção de coletividade e a herança política familiar, a esfera política não se restringe ao que seria o campo do “público”:

“Eu tinha uma casa de praia e a Marielle ia pra lá com a Luyara, ela gostava porque lá não pegava celular, então ela ficava off. E ali ela relaxava, a gente conversava sobre a vida, sobre política, sobre tudo.”. (Lia Rocha, professora da UERJ, 5 de junho de 2024).

Na igreja católica da Maré, Marielle conhece Mônica e com ela vive uma história por 14 anos. E é também na Maré que Marielle participa da primeira turma do pré-vestibular social do CEASM (Centro de Ações Solidárias da Maré), por onde inicia sua carreira acadêmica. As pessoas aqui entrevistadas foram consideradas importantes por fazerem parte de uma ou mais redes de Marielle. Por exemplo: Pâmella Passos faz parte da rede acadêmica e da rede do PSOL. Flavinha faz parte da rede do PSOL e da Maré. Dona Marinete e Seu Antônio e Mônica fazem parte da rede familiar, da Maré e da religião. Então, percebemos que essas redes se cruzam e se retroalimentam.

● FAMÍLIAS E RELIGIÃO

No dia 29 de setembro de 2024, aconteceu na Cozinha da Frente, o lançamento da Agenda Marielle Franco 2024 para as eleições municipais do Rio. Localizada no morro Salsa e Merengue, a Cozinha da Frente também é um dos pólos do Ocupa Marielle, uma iniciativa do Instituto Marielle Franco para valorização e impulsionamento de candidaturas negras e pessoas negras LGBTQIA+ em todo o Brasil.

Nesse evento, que ajudei a construir enquanto voluntária e semente de Marielle, pude ouvir a Luyara citar brevemente no microfone sobre o seu bisavô, pai de Seu Antônio, ter sido o quinto morador da Maré. Quando o evento terminou e as pessoas estavam confraternizando, fui até Seu Antônio, cumprimentei-o cordialmente, e perguntei se poderia me contar mais. Seu

Antônio abriu um sorriso como se esperasse por anos para contar essa história. Imediatamente, puxou o ar dos pulmões e começou:

“Meu pai chegou aqui na Maré em 1945, e tinha um barraco de palafita, essas casas de antigamente, né...aí o Senhor Oliveira, que era um senhor, perguntou pro meu pai se ele queria comprar a casa. Mas no terreno da casa tinha a casa, e na frente tinha loja. Meu pai fez uma oferta com o que ele tinha e ele disse que sim. Aí meu pai foi pra comprar a casa, quando chegou lá o seu Oliveira perguntou “olha, você não quer comprar a casa, com a venda, com tudo?”, meu pai disse que ficava e comprou foi tudo”.

E para terminar a história, contou que a rua onde se encontra o terreno se chama Rua Oliveira por causa desse Senhor, e que a casa não se encontra mais lá, porque a família vendeu o terreno em 2020, e os atuais donos fizeram um prédio.

As casas de palafitas construídas nas áreas alagadas e pantanosas da baía foram todas destruídas até o final de 1980, e seus moradores foram realocados para o que viria a ser conhecido como Vila do João. Assim como as famílias da época, os avós paternos de Marielle e Anielle tiveram muitos filhos, seu Antônio e mais seis irmãos. Já Marinete Silva, mãe de Marielle e Anielle, nasceu e cresceu em Alagoa Grande (PB).

A mãe de Dona Marinete, Filomena, avó de Marielle, foi uma mulher negra nordestina que militava ativamente no combate às desigualdades de sua região.

“Naquela época, fazíamos reunião à noite na casa de uma tia comunista, Adelina. Eu me alinhava mais a ela que à minha mãe politicamente. Eram os anos 60, plena ditadura militar; tudo tinha que ser muito escondido.”³⁵

Assim, podemos ter uma pequena dimensão da herança política que Marielle carrega. Dona Marinete foi a única de seis irmãs a ingressar no ensino superior e, depois que se formou em direito, casou-se com seu Antônio e migrou para o Rio de Janeiro aos 26 anos. Estabeleceram-se no Morro do Timbau e em 1978 nasceu a primeira filha do casal, Marielle

³⁵ Trecho retirado de < <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2018/03/mae-de-marielle-franco-o-que-me-conforta-e-saber-que-na-noite-anterior-por-acaso-consegui-me-despedir-da-minha-filha.html> >. Acesso em 04/10/2024.

Francisco da Silva. “*Eu sou Marielle Franco. Mulher, negra, mãe, da favela*”³⁶. Foi assim que Marielle se descreveu no vídeo de divulgação de sua campanha eleitoral. Com o lema “gênero, raça e cidade”, Marielle pautava as lutas cotidianas das mulheres negras faveladas:

“Para nós, mulheres, luta é cotidiano. Nós sentimos todos os dias os seus reflexos quando levamos nossos filhos pra escola e não tem aula. Quando temos que trabalhar e não tem vaga nas creches. Sentimos quando somos desrespeitadas nos transportes, desvalorizadas no trabalho, assediadas nas ruas, violentadas em casa. E entre os becos e vielas da favela, sobreviver é a nossa maior resistência”.

Filha de pais católicos, Dona Marinete conta em entrevista³⁷ que a criação de suas filhas foi muito rigorosa. Dona Marinete transmitiu às filhas os ensinamentos do catolicismo predominante no Nordeste brasileiro. Transitando entre rezas, santos, amuletos e confissões, principalmente no que diz respeito a era do cangaço e a sua influência posterior, o catolicismo sertanejo³⁸ da região nordeste reflete o seu caráter popular no sentido em que abrange todos os costumes e vivências religiosas dos nordestinos (Azevedo, 2011). Nas entrevistas, foi possível notar a influência da religião na trajetória de Marielle:

“Ela sempre foi da Navegantes, e eu sempre frequentei a São José dos Operários, então a gente se esbarrava em algumas reuniões, eu fui catequista, né, ela também. Eu na Operários e ela na Navegantes.” (Flavinha, 40 anos, ex assessora parlamentar de Marielle).

“Eu encontrava com ela, quando eu ainda era criança, nas reuniões que tinha da igreja. Eu lembro dela nos corredores, assim. Eu era muito pequena, tipo uns nove anos, então não falava muito com ela. Quando eu comecei a falar com ela, eu já era adolescente, ela sempre foi bem mais velha do que eu. Então eu lembro muito de festa na igreja, ela tava lá. Catequese, reunião de qualquer coisa, eu ia, porque meus pais sempre me levavam, e ela também ia.” (Mayara Donaria, 27 anos, ativista e coordenadora do Instituto Marielle Franco).

³⁶ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=za2S4zRpQm8> >. Acesso em 01/10/2024.

³⁷ Documentário MARIELLE produzido por Globoplay EP.2 8’20”

³⁸ Conceito trabalhado por Alexander William Azevedo (2011) para denominar as práticas religiosas do povo nordestino.

“Quando as pessoas falavam assim: “você têm que se conhecer porque você são feministas, católicas que defendem o aborto e falam alto, gostam de funk e são escandalosas, e...” E de fato, quando a gente se conheceu, deu muito match, uma afinidade incrível, inclusive pra muita gente achar que a gente era amiga de infância (...). Apesar de muita gente tentar mudar a religião dela depois que ela morreu (risos), ela era católica, assim como eu, e com todas as contradições que a gente tem de ser católica (risos), e sendo feminista, né. Então, foi nesse contexto.” (Pamella Passos, professora e conselheira do Instituto Marielle Franco, 40 anos).

Entretanto, não somente a religião católica foi importante na sua construção. Mayara Donaria contou-me sobre a percepção que tivera:

“(...) mas toda sexta-feira ela tava de branco. Toda sexta ela ia pro gabinete de branco. E às vezes ela chegava e falava: “fui em tal terreiro, em tal lugar, muito longe...”, e tava sempre pedindo aos orixás e tal, então eu acho que tinha muito...muito disso, dessa mistura. A Dona Marinete era mais... antigamente eu via ela mais presa assim, nessa visão, de que “tem que ser assim, o certo, a igreja católica, não sei o que”. Mas hoje eu vejo ela mais...mais tranquila quanto à isso e entendendo mais”.

Outro fator interessante para pensarmos essa fusão religiosa na trajetória de Marielle, ocorre quando olhamos para o dia 20 de março, seis dias após o atentado de Marielle e Anderson, em que acontece um ato na Cinelândia (RJ), chamado de “Ato Inter-Religioso” pela memória de Marielle, contra a militarização, genocídio e pela vida das mulheres. Revelando, assim, que as redes de Marielle não estavam presas à limites impostos por dogmas, mas ligados pela noção de coletividade presente nas religiões que a cercavam.

Apesar dos esforços da mãe para manter as filhas focadas nos valores do catolicismo, Anielle conta, em depoimento para o Globoplay³⁹, da vez que Marielle, aos 14 anos, a levou escondido dos pais para o baile funk e, por isso, apanhou. Dona Marinete conta que, em toda festa que a família fazia, Marielle colocava um funk para tocar, sendo natal ou festa junina.

Em 2005, Marielle e Mônica se encontraram pela primeira vez e, não por coincidência, por intermédio da igreja católica. Mônica foi convidada por uma amiga de escola para uma viagem de carnaval, e essa amiga frequentava a mesma igreja dos Navegantes que Marielle.

³⁹ Documentário MARIELLE - EP 2 14’50’’. Disponível em Globoplay.

Mônica conta em depoimento para o Globoplay que antes de ver Marielle, viu, primeiro, a Luyara. Na época, com cinco anos, Luyara aproximou-se de Mônica por causa de um ursinho de pelúcia que Mônica segurava. Alguns minutos depois, Mônica conhece a mãe da menina que estava brincando com ela, Marielle. Mônica conta que Marielle atrasou a viagem do grupo cerca de duas horas, o que a deixou irada, mas que a ira passou ao conhecer Marielle.

Em 14 anos de relacionamento, Marielle e Mônica só conseguiram viver juntas no que a Mônica chamou de “reta final da vida de Marielle”. Nesses 14 anos, o namoro foi interrompido várias vezes por falta de rede de apoio, preconceito das famílias de ambas e dependência financeira. O casal tinha conseguido superar esses atravessamentos e tinham a data do casamento marcada para 7 de setembro de 2018.

• PSOL / POLÍTICA

A aproximação entre Marielle e o PSOL se deu em 2006, no primeiro mandato de Lula⁴⁰, quando Marielle integrou o grupo de professores e estudantes da Maré que se voluntariaram para produzir a campanha do Marcelo Freixo⁴¹ para deputado estadual. Um ano antes, Marielle havia perdido uma amiga assassinada em um confronto entre policiais e traficantes. Apesar de já terem se conhecido por intermédio da Anielle, que fora aluna de Freixo em uma escola pública da Maré, a relação se tornou mais íntima durante a campanha de 2006.

Fernanda Chaves conta em depoimento para o Globoplay⁴² que Marielle se apresenta a ela depois de uma roda de conversa para mulheres, na Lapa, se disponibilizando para construir a campanha. Após a campanha e a vitória do candidato, Freixo deu autonomia ao grupo para que escolhessem, dentre eles, quem seria sua assessora parlamentar. O grupo, então, escolhe Marielle.

“Eu acho que eu tinha algumas críticas ao PSOL...aquilo que todo mundo fala até hoje, né: há uma aparência do partido que não é popular, né! Que é muito mais voltado pra classe

⁴⁰ Documentário MARIELLE - EP.1 32'. Disponível em Globoplay

⁴¹ Professor e político brasileiro, foi deputado estadual por três mandatos consecutivos e presidiu a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Teve o irmão assassinado pela milícia em 2006.

⁴² Fernanda Chaves foi assessora de Marielle e a única sobrevivente do atentado no dia 14 de março de 2018.

média...Eu também corroborava um pouco com essa crítica. Mas, assim, a Marielle sempre mostrava que na verdade, não. Ela alcançava essas pessoas que eram críticas e fazia o debate. Então acredito que ela foi muito importante até pra ampliar essa discussão” (Marta Batista, servidora pública, 21 de maio de 2024).

“A Mari já era muito atuante dentro da Maré, e aí a gente coloca a Marielle nesse grupo, e aí a gente faz uma sabatina com ela. A gente faz essa sabatina com ela no dia 06/06/2006. Esse dia foi um marco pra mim, porque esse dia, a Renata vem, ela apresenta a Marielle, e ela fala “nós, mulheres negras, nos vemos uma na outra”, porque é diferente do que a gente tá acostumado a ver. Mesmo que tivesse a Benedita, é... não era a mesma...não era legitimado esse lugar de favelada como com a Mari é. E aí a Renata apresenta a Mari nesse contexto”. (Flavinha, ex-assessora de Marielle, 10/06/2024)

Flavinha, que foi assessora de Marielle, contou-me que no dia 06/06/2006, o núcleo PSOL – Maré realizou uma sabatina com Marielle para, segundo ela, "ver se os ideais da pessoa batem com o do partido". Foi feita uma série de perguntas a Marielle, o que durou algumas horas e, ainda para Flavinha, "todo mundo ficou muito satisfeito com as respostas dela".

Ao se tornar assessora de Freixo, Marielle também assume o cargo de coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) onde prestava assistência jurídica às famílias que tinham perdidos seus entes em confronto, sejam policiais ou marginalizados. Essa função, Marielle exerceu por 10 anos, até decidir por candidatar-se à vereança em 2016.

“O soldado atirou em cima dele (o amigo de Marielle e Flavinha). No caso, o Paulinho, foi bala perdida, mesmo. Atirou em uma outra pessoa, aí parece que a bala fez um curso assim: acho que foi um 7.62⁴³, atravessou essa outra pessoa, quicou no chão e voltou nele. Então foi no meio dessa loucura toda que a gente começa né, a... é quando ela (Marielle) vem mesmo assim, e toma uma iniciativa muito grande, de cobrança, de denúncia em locais que estavam acontecendo uma falta de respeito muito grande por parte do Estado com os corpos...E nessa ocupação foi o ápice do WhatsApp, e foi um meio de comunicação muito grande pra que de fato pra divulgar toda essa mobilização. A gente tinha uma galerinha bem escolar, que

⁴³ Arma de fuzil calibre .7.62

fazia vestibular, né, então assim, eu ia pro pré-vestibular, e a minha bolsa era mexida. A comunicação com o pessoal da comissão dos direitos humanos era muito necessária”. (Flavinha, ex-assessora de Marielle, 10/06/2024)



Print de tela. Fonte: Rede Social Instagram

A intimidade com o funk não se limitou às estripulias de adolescência. Marielle teve participação ativa na construção da APAFUNK (Associação dos Profissionais e Amigos do Funk). Algumas fontes⁴⁴ relatam que, durante a adolescência, Marielle chegou a ser dançarina do grupo Furacão 2000. Criada em 2008, a APAFUNK foi fruto de uma mobilização coletiva que lutava pelos direitos dos funkeiros. Nesse mesmo ano, começaram a ser implantadas nas favelas da região metropolitana do Rio as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), uma política de segurança com a parceria entre o governo do Estado e o governo Federal. Um dos objetivos da APAFUNK foi a volta dos bailes funk proibidos nos territórios que receberam UPP, que é cultural das favelas do Rio desde a década de 1990, além de gerar emprego e renda para a população local:

“Ela vem de uma iniciativa dos trabalhadores funkeiros que estavam cansados de ser perseguidos e atacados pela não valorização do funk, sobretudo com a criminalização do funk. Isso chega como demanda lá na ALERJ, e por isso também a Mari acompanha. (...) A gente acompanhava não só por sermos

⁴⁴Disponível

em

<

funkeiras, mas por sermos acadêmicas, e militantes. Então, tinha todos esses pertencimentos. Funkeiras, acadêmicas e militantes dizendo que funk é cultura, sim. Tem que ser valorizado. A polícia não pode, é... chegar e quebrar as caixas de som de uma equipe de som, só porque ela tá julgando que aquilo é roubado, é do crime. Mas essa demanda não foi uma demanda criada por nós. Os profissionais do funk que encontram na gente...um apoio, né. Tem...tem Mano Teko, MC Leonardo, Liam...enfim, vários funkeiros aí que tavam, nessa...nessa empreitada. Tem até o site da APAFUNK que conta a história da Associação.” (Pâmella Passos)

No ano de 2011, dois acontecimentos merecem destaque: 1) a Primavera Árabe⁴⁵, acontecida no final de 2010 que durou até 2011, inspirou o movimento de mulheres no Brasil em 2015. Conhecida como “Primavera das Mulheres”, a onda de manifestações e protestos invadiram as principais capitais do país, e se colocavam contra o Projeto de Lei nº 5069 de 2013, do então deputado federal Eduardo Cunha, que dificultava o acesso ao aborto seguro para mulheres vítimas de estupro; 2) o casamento homoafetivo, no Brasil, foi equiparado às uniões heteroafetivas, fazendo com que o casamento homoafetivo crescesse 149%⁴⁶ em nove anos, demonstrando o cenário progressista da política.

Em junho de 2013, o Brasil sofreu uma avalanche de manifestações e protestos em várias partes do território, incluindo quase todas as capitais dos 26 estados e a capital federal. Essas manifestações e protestos, apesar de terem começado com o foco nos transportes públicos, tiveram um caráter bastante heterogêneo, em decorrência das inúmeras pautas de insatisfação da população para com o governo do Partido dos Trabalhadores. No Rio de Janeiro, as manifestações contra o aumento da tarifa dos ônibus ganharam o nome de “não é só por vinte centavos”, arrastaram para as ruas milhões de pessoas no centro da cidade.

Segundo Alonso (2023), as manifestações de junho de 2013 assumiram três configurações diferentes entre si: neossocialista, autonomista e patriótico. A heterogeneidade das pautas levantadas pela insatisfação popular deu espaço para que o viés mais conservador da política se instaurasse como o antipetismo. Por outro lado, também alavancou as vozes da esquerda que clamavam por mais avanços políticos. A complexidade das pautas que emergiram

⁴⁵ Foi uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África a partir de 18 de dezembro de 2010.

⁴⁶ Dados retirados de < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-12/casamentos-homoafetivos-no-brasil-aumentam-149-em-nove-anos> >. Acesso em 7/09/2024

nas ruas brasileiras naquele momento revelava um ciclo de protestos marcado pela multiplicidade de vozes, que expressavam desde reivindicações por transporte público acessível até críticas mais amplas às estruturas políticas e à violência do Estado.

Dilma Rousseff, assim como Lula, deveria ter assumido a cadeira da presidência por dois mandatos consecutivos. A presidenta assumiu no ano em que Marielle fazia sua campanha eleitoral pautada fortemente no debate de gênero - e no recorte de raça -, Dilma sofria um golpe em seu governo, planejado pela união centro-extrema-direita; aqueles que, anteriormente, eram necessários para a manutenção da “boa política” e da aprovação de leis a favor do governo, foram os mesmos que se uniram para golpear a primeira mulher presidente do país. Dilma Rousseff sofreu um processo de *impeachment* em 2016.

É importante ressaltar que os conservadores, ou seja, a direita política, também fazem campanha pelo debate de gênero. Candidatas como Flor-de-Lis, Damares e Tânia Bastos, também anunciaram em suas falas o papel que ocupam enquanto mulheres. À direita, cristãs, conservadoras, também, mulheres. A diferença está no se fazer política. Para além de um lema ou de uma religião, Marielle fazia política pautada na ancestralidade e na coletividade, nas vozes que ecoam das favelas, enviesada pelo debate da negritude e pelos ideais socialistas de seu partido.

“Eu lembro que a noite que ela ganhou foi um dos dias mais felizes. Ela tava muito feliz. Todo mundo tava muito feliz. Parece que o Rio inteiro se juntou pra comemorar a vitória da Marielle, até quem fez campanha para outro candidato. Família, amigos...Lembro dela descer a rua da Lapa e todo mundo abraçando, beijando. Foi uma festa. (Lia Rocha)”

Em 2017, Marielle assumiu enquanto vereadora da cidade e como presidente da Comissão da Mulher, atuando “contra a desigualdade de gênero e prestar apoio, acolhimento e orientação sobre direitos das mulheres”. Em seu primeiro discurso na Câmara, Marielle cita nominalmente Indianara e outras mulheres transexuais que sustentaram-na até chegar ao cargo de vereadora:

“Saúdo o setorial LGBT, a Indianara e todas as mulheres trans aqui presentes, pois é dessa forma, a partir das soluções coletivas, que traçaremos esse mandato”⁴⁷.

Nesse mesmo ano, a partir de um decreto da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), as tropas do Exército Brasileiro ocuparam vias e estradas do Rio de Janeiro, acionadas pelo presidente Michel Temer, com a justificativa de diminuir o índice de criminalidade - já que o governador do estado Rio havia decretado estado de calamidade, ou seja, incapacidade de gerir o estado e conter a violência - e fazer a transição entre as tropas da GLO para a Intervenção Federal, decretada em 16 de fevereiro de 2018.

No dia 28 de fevereiro, Marielle não só havia assumido a relatoria da comissão que acompanharia os feitos da intervenção federal como havia solicitado uma reunião com o general Walter Souza Braga Netto, interventor na segurança do estado.

“A partir de hoje o General Braga Netto, chefe do Comando Militar do Leste, terá poderes totais sobre todas as forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro (incluindo polícia militar e civil). Para quem é favelada e favelado a presença violenta de militares no nosso dia a dia não é novidade. Eu vivi esse absurdo na Maré. Há muitos anos denunciemos que as políticas de (in) segurança pública apresentadas por esses governos são pautadas em uma guerra inventada para gerar lucro, dominar a sociedade pelo medo e exterminar nossa juventude pobre e preta. Mas o que vai acontecer nos próximos dias no Rio de Janeiro pode ser ainda mais grave. Principalmente pra quem mora na favela. A decisão foi tomada ontem de madrugada em Brasília pela cúpula do PMDB Nacional e do Rio. Na reunião estavam Luiz Fernando Pezão, Michel Temer, presidentes da Câmara e do Senado e os ministros da Defesa, da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional. O Congresso Nacional tem 10 dias para aprovar a intervenção, e enquanto estiver valendo a intervenção nenhuma mudança na constituição pode ser feita, OU SEJA, a reforma da previdência fica congelada. A maior cara de pau é saber que para seguir com o plano de acabar com a previdência do Brasil, Temer e seus comparsas pensam em suspender a intervenção por um dia e depois voltar com ela. Até quando seremos reféns desse projeto de retirada de Direitos e de

⁴⁷ Trecho retirado do primeiro discurso de Marielle Franco. Disponível em: < <https://www.camara.rio/vereadores/marielle-franco/discursos-e-votacoes> >. Acesso em 8/11/2024.

extermínio?” (texto publicado por Marielle Franco na rede social Instagram no dia 16 de fevereiro de 2018)

No ano em que Marielle e Anderson foram assassinados, tomou posse como presidente da República Jair Messias Bolsonaro, baseado no seu lema “Deus, pátria, família e liberdade”. Em seus discursos, Bolsonaro buscava deixar evidente seus valores religiosos e conservadores. O nome de Bolsonaro aparece envolvido no assassinato de Marielle: Élcio Queiroz e Ronnie Lessa, respectivamente, motorista do carro usado para tentar contra a vida de Marielle e atirador, fizeram uma parada na casa de Bolsonaro antes de partirem para a Casa das Pretas, na Lapa, ao encontro de Marielle. Élcio e Lessa foram julgados em 30 de outubro de 2024. Sobre Bolsonaro, até o momento da escrita dessa dissertação, ainda não fora indiciado.

Talíria Petrone, atualmente deputada federal do Rio, foi uma das pessoas que estiveram ao lado de Marielle fazendo a política que se insere no campo de gênero, raça e cidade. Ambas atuavam juntas no PSOL e estavam situadas em espaços periféricos ao centro da cidade. A violência política de gênero e raça se faz presente na vida de Talíria Petrone, que não só perdeu Marielle, como ainda sofre constantemente ataques racistas e misóginos, além de ameaças diretas a sua própria vida.

Na memória, a última troca de mensagens poucas horas antes de você ser assassinada: "Valeu negona. Até amanhã". A reunião na manhã seguinte não aconteceu. O amanhã não chegou. (...) Nunca mais fui a Talíria do Rio. E você nunca mais foi a Marielle de Niterói. Nunca mais existiram os planos pro seu futuro político ("imagina no Senado" e a gente conspirava sobre o futuro rindo). (...) Nunca mais tive uma parceira tão leal e companheira na política, até mesmo nos momentos mais difíceis. (...) É sobre a possibilidade de fazer política em paz. É sobre manter vivo o legado de Mari, a memória de Anderson. É sobre justiça por cada corpo tombado pelas armas de um Estado falido e sangrento. (...) É sobre democracia (...). (texto publicado por Talíria Petrone na rede social Instagram no dia 29 de outubro de 2024).

Mesmo reconhecendo que a fama de Marielle espalhou-se após o assassinato, Marielle já tinha projeção internacional e fora convidada para ser palestrante na Universidade Harvard, no Brazil Conference at Harvard & MIT, em abril de 2018, com o tema “Como renovar a política brasileira já em 2018?”. Ao ver o esquema de palestrante disponibilizado pelo site, notei que

Marielle era a única mulher negra dentre os 12 (doze) palestrantes convidados, incluindo nomes ligados à direita política, como Marcel Van Hattem, que se aliou a Bolsonaro nas eleições presidenciais.

Outro evento internacional que merece ser destaque foi uma conferência que aconteceu no Chile, em junho de 2017, para debater mobilidade urbana e Marielle foi a palestrante convidada pelo ITDP Brasil (Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento), com a temática “Struggles to Access the Right to Mobility as a Latin American Black Woman” (“Luta pelo acesso ao direito da mobilidade pelas mulheres negras latino-americanas”. Tradução da autora).

“Eu costumo dizer que a diferença entre o meu mandato e o da Marielle é que o meu se voltava pra dentro, enquanto o dela ganhava o mundo” (Tarcísio Motta, EP 1, 35’39”, documentário “MARIELLE” produzido por Globoplay).

Tarcísio Motta e Marielle Franco dividiam não só o partido e os seus ideais, como também dividiam as pessoas que formavam a rede do PSOL. Em entrevistas distintas foi possível constatar que as pessoas que construía a campanha do Tarcísio também faziam campanha para Marielle, de maneira voluntária:

“A Mari e o Tarcísio dividiam o mesmo comitê, então foi uma campanha meio que em parceria. Não tinha “a campanha da Mari” e a “a campanha do Tarcísio”. No final, foi “a campanha da Mari e do Tarcísio”. (Lia Rocha)

“A gente saía na rua com um pouco de adesivo do Tarcísio e um pouco da Mari, e na rua, acabava que isso se misturava, a gente acabava fazendo campanha pros dois. Era uma campanha sem dinheiro, a gente não tinha grana pra nada, não tinha grana pra pagar as pessoas pra fazer campanha, né... a gente aproveitava a campanha de um e fazia a campanha de outro”. (Pâmella Passos)

A campanha “assédio não é passageiro”, idealizada por Marielle e apoiada por outros políticos como Luciana Boiteux, tinha como objetivo distribuir 250 mil leques de papel durante o carnaval de 2018, para a conscientização contra o assédio e, em um dos lados do leque, continha números de órgãos governamentais que poderiam ser acionados pela vítima.



Print de tela. Fonte: Instagram

Durante seu um ano de mandato, Marielle enfrentou duramente os discursos da extrema-direita e, para além de enfrentá-los, aprovou mudanças significativas:

- LEI Nº 6.282, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017 - PROGRAMA CENTRO DE PARTO NORMAL E CASA DE PARTO

Art. 1º “Ficam estabelecidas diretrizes para criação do Programa Centro de Parto Normal e Casa de Parto, para o atendimento à mulher no período gravídico-puerperal, atuando de maneira a complementar as unidades de saúde existentes e organizado no sentido de promover a amplificação do acesso, do vínculo e do atendimento humanizado a atenção ao parto e ao puerpério.” (Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017).

- PROJETO DE LEI Nº 17/2017 – “ESPAÇO CORUJA”

“Art. 1º Fica criado o programa de espaço infantil noturno, em atenção à primeira infância no Município do Rio de Janeiro, de acordo com as diretrizes do Plano Nacional Primeira Infância -PNPI, do Marco Legal da Primeira Infância”. (Plenário Teotônio Villela, 15 de fevereiro de 2017).

- PROJETO DE LEI Nº 417/2017 – “ASSÉDIO NÃO É PASSAGEIRO” (PL 417/2017)

“Art. 1º Fica criada a campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e a violência sexual no município do Rio de Janeiro.” (Plenário Teotônio Villela, 1º de setembro de 2017).

- PROJETO DE LEI Nº 555/2017 – “DOSSIÊ MULHER CARIOCA”.

“Art. 2º O Dossiê consistirá na elaboração de estatísticas periódicas sobre as mulheres atendidas pelas políticas públicas sob ingerência do Município do Rio de Janeiro.” (Plenário Teotônio Villela, 25 de novembro de 2017).

- PROJETO DE LEI Nº 642/2017 – “ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA E GRATUITA PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL”.

“Art. 1º O Município do Rio de Janeiro poderá prestar às famílias com renda mensal de até três salários mínimos, que possuam um único imóvel e residam no Município há, pelo menos, três anos, Assistência Técnica Pública e Gratuita para Elaboração do projeto e a construção, reforma, ampliação e regularização fundiária de habitação de interesse social.” (Plenário Teotônio Vilela, 21 de dezembro de 2017).

- PROJETO DE LEI Nº 515/2017 - EFETIVAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

“Art. 3º Esta Lei tem por objetivo:

I- garantir continuidade ao processo de formação do adolescente iniciado com o cumprimento das medidas socioeducativas, através da articulação da rede de programas de socioeducação, que têm a missão de apoiar os adolescentes na consolidação de um novo projeto de vida;

II- fomentar políticas públicas de integração dos serviços governamentais e não-governamentais para a promoção de ações educativas do adolescente em conflito com a Lei;

III- criar oportunidade de ingresso do adolescente no mercado de trabalho, através do desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e das atitudes, construindo o senso de responsabilidade e iniciativa através da consciência de seus direitos e deveres enquanto cidadão, bem como de valores éticos;

IV- propiciar aos adolescentes as condições para exercer uma iniciação profissional nas diversas áreas de atuação possíveis;

V- estimular a inserção ou reinserção do adolescente no sistema educacional e, quando necessário, proporcionar o reforço escolar a fim de garantir e melhorar o processo de escolarização.” (Plenário Teotônio Villela, 24 de outubro de 2017).

- PROJETO DE LEI Nº 103/2017 - DIA DE THEREZA DE BENGUELA NO DIA DA MULHER NEGRA

“A importância em existir um dia para celebrarmos as mulheres negras, está nos escritos históricos e nos atuais dados do IBGE. Segundo o instituto, 71% das mulheres negras estão em ocupações precárias e informais, contra 54% das mulheres brancas e 48% dos homens brancos. O salário médio da trabalhadora negra continua sendo a metade do salário da trabalhadora branca. Mesmo quando sua escolaridade é similar à escolaridade de uma mulher branca, a diferença salarial gira em torno de 40% a mais para esta.

Ao sancionar o dia 25 de julho, como dia de Tereza de Benguela, e da mulher negra, estamos reconhecendo institucionalmente a importância dessas agentes na luta pela liberdade e direitos.” (Plenário Teotônio Villela, 22 de março de 2017)

- DIA DE LUTA CONTRA A HOMOFOBIA, LESBOFOBIA, BIFOBIA E TRANSFOBIA (PL 72/2017)

“A data foi escolhida em atenção à exclusão da homossexualidade como Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), ocorrida em 17 de maio de 1990, oficialmente declarada em 1992. Numa sociedade constituída por opressões, a população LGBT é vítima constante de violências e privações de direito, que se manifestam através da homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia. O Brasil, nesse cenário, desempenha um triste papel, sendo o país que mais mata pessoas LGBTs no mundo, segundo a ONG Transgender Europe. Ainda, de acordo com uma pesquisa realizada pelo site TripOutTravel, o Rio de Janeiro é a cidade favorita do público LGBT para visita e turismo, estando a frente de outras grandes capitais mundiais. Por esses motivos, nada mais justo do que o Rio de Janeiro ter uma data oficial de combate às opressões que atingem diretamente esse público.” (Plenário Teotônio Villela, 9 de março de 2017.)

Marielle teve um único projeto reprovado: o PROJETO DE LEI Nº 82/2017 que visa incluir o dia da visibilidade lésbica no calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro:

“Dentre as expressões mais extremas de violência contra lésbicas existe uma enorme ocorrência do chamado estupro “corretivo”, prática cruel que é movida pela intolerância à orientação sexual das mulheres lésbicas. É importante ressaltar que as mulheres lésbicas negras e/ou periféricas estão ainda mais vulneráveis a essas diferentes formas de violência. A invisibilidade lésbica se apresenta de muitas formas: quando campanhas de conscientização para a prevenção de DSTs se referem exclusivamente às formas de proteção próprias ao sexo falocêntrico; na dificuldade de contemplação nas fertilizações in vitro, na falta de dados e pesquisas sobre as particularidades da violência contra as mulheres lésbicas e na ausência de representatividade lésbica na mídia e na política.”

Apesar do esforço contínuo e da justificativa plausível em sua totalidade, Marielle não conseguiu aprovar o projeto. Em 2022, o PROJETO DE LEI Nº 1020/2022, de autoria da vereadora Mônica Benício foi aprovado e entra em vigor e marca o dia 29 de agosto como o dia da visibilidade lésbica no Rio.

● ACADEMIA

Marielle ingressou no ensino superior no ano de 2002, na Pontifícia Universidade Católica do Rio, exatamente no mesmo ano em que o primeiro trabalhador da classe operária era eleito para presidente do Brasil. Não só os pobres e trabalhadores enxergavam o resultado eleitoral como uma esperança para melhores condições de vida, como também projetavam em seus filhos expectativas de ingressarem no ensino superior, alcançando oportunidades que aos seus pais foram negadas.

Oportunidades essa que, muitos de nós, sabemos que só temos uma chance. Marielle alcançou a bolsa integral no curso de graduação em Ciências Sociais, graças ao conhecimento adquirido no pré-vestibular comunitário do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), mesmo decidindo parar os estudos por um ano, porque foi nessa época também que

Marielle se torna mãe da Luyara, aos 19 anos. Durante a graduação, Marielle chegou a trabalhar em dois empregos para sustentar a filha.

“Não fugindo da estatística no primeiro momento, mas, depois, fugindo, conseguindo criar a Luyara e conseguindo mudar aí a perspectiva da vida, fui mãe adolescente e tive que sair do pré vestibular. Desde os anos 2000 que eu tô numa atuação dentro dessas instituições aqui da Maré, fazendo esse trabalho com favela, com cultura, com educação (...)”⁴⁸.

“Ela voltou pro pré vestibular na ONG, que é quando a gente se encontra. Depois, ela entrou (na PUC) em 2002 e eu 2003, e aí a nossa relação é mais cotidiana. Desse lugar do acesso à universidade, a diferente realidade ali, batia na gente de outra forma. Desde a forma de se vestir, concretamente é a primeira vez que a gente sabe que a gente não precisa usar uniforme, mas fazia falta ter um uniforme. (...) Ter a blusa da PUC era basicamente ter o nosso uniforme, porque eu não tinha uma blusa nova pra usar todos os dias” (Renata Souza, EP. 1, 29’49’’)

Em 2012, Marielle ingressava no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense. Dois anos antes, Dilma Rousseff assumia a presidência enquanto a primeira mulher nesse cargo na história do país, mantendo o legado de governo do Partido dos Trabalhadores e intensificando o debate sobre gênero na representação política. Em seus agradecimentos na dissertação de mestrado, Marielle agradece ao “bonde de intelectuais da favela” e aos “intelectuais orgânicos”, aqueles e aquelas que ela considerou importantes na trajetória do mestrado, “a nova geração que fez pré-vestibular comunitário, e se constituiu como Mestres e Doutores”.

Algumas dessas pessoas participaram também da minha pesquisa, como a Lia Rocha e a Pâmella Passos. Quando questionei Lia sobre o processo de entrada de Marielle no mestrado, contou-me que ela conhecera Marielle no gabinete de Tarcísio Motta, e posteriormente, voltaram a se reencontrar quando Marielle já estava no mestrado, logo, não seria a pessoa ideal para me dar essa informação. Fui atrás de Raíza Siqueira, a qual Marielle menciona como “flamenguista e

⁴⁸ Trecho retirado do vídeo de campanha de Marielle Franco. Disponível em: <<https://youtu.be/za2S4zRpQm8?si=FsUcDn0ILmGHO6ix>>. Acesso em 08/11/2024.

pesquisadora que me pegou pelas mãos para ingressar no Mestrado”. Infelizmente, até o momento, Raíza não retornou as minhas tentativas de contato.

“Toda aula do mestrado com a Marielle era uma festa. Ela chegava atrasada, parava a aula, chegava falando com todo mundo, não tinha como...tinha que parar a aula e deixar ela acontecer (...). eu fiz parte da banca da defesa dela, e teve aquele momento que a banca pede pra pessoa sair pra dar a nota e tudo mais...aí nessa hora, enquanto eles tavam conversando lá dentro, eu fui lá fora da sala fazer não sei o que, fui no banheiro, eu acho. Aí passei pela Marielle e ela perguntou: “como que tá?”, e aí...(risos)...é, eu fui fazer uma brincadeira com ela, e falei: “ih, Mari, tá complicado o negócio”. Quando eu voltei pra chamar ela, ela tava chorando. Então, assim, ela tinha os momentos de insegurança dela”. (Lia Rocha, professora da UERJ, 5 de junho de 2024 às 09h).

“Uma vez eu falei pra ela: “Mari, sai desse modelo de escrita, cara. Você escreve muito bem, mas essa escrita tá quadrada, tá muito padrão, quadradona. A gente tem que romper com isso””. (Pâmella Passos).

Apesar de tanto Lia quanto Pâmella fazerem parte da rede acadêmica de Marielle - que se relaciona com a rede da Maré e os intelectuais da favela - as duas tem percepções um pouco diferentes no que diz respeito a sobrecarga de Marielle. Lia respondeu-me que “*não via muito Marielle nesse lugar de reclamar*” e justificou as “*reclamações e mimimi culpando o Estado*” como uma característica da nova geração. “*Ela fazia o que tinha que ser feito e tinha muita certeza do papel que ela desempenhava*”.

Já Pâmella trouxe uma nova abordagem. Contou-me que, às vezes, “*via ela tirando os brincos, as pulseiras e os anéis, jogando tudo em cima da mesa, e falava: “pô, negona, tá f***”*”. E continuou dizendo que “*eu acho que nesses momentos, era o momento em que eu via ela, literalmente, se desmontando, e como quem diz que não aguentava mais*”. Essa sobrecarga pode ser entendida pelo acúmulo de funções que Marielle exercia, enquanto mãe, esposa, filha, aluna de mestrado, assessora parlamentar, construir uma campanha política e posteriormente, vereadora.

Lia contou-me do desejo que Marielle tinha de ingressar no doutorado e Pâmella contou-me que, pra isso, ela estudava inglês com dedicação. Lia especificou que a ideia de

ingressar no doutorado era algo debatido com cuidado entre elas, porque Marielle era uma figura pública que não conseguia cumprir os horários estabelecidos por uma instituição de ensino superior, logo, precisaria ser acolhida por um corpo docente que compreendesse suas demandas.

● FAVELA DA MARÉ

As favelas são espaços urbanos que resumem a desigualdade econômica e social no Brasil (Franco, 2012). De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, 22% da população da cidade do Rio morava em favelas. O Complexo da Maré abrigava mais de 9% dessa população, com 135.989 moradores. Contando com a presença de mais mulheres do que homens, 62,1% dos moradores declararam-se pretos ou pardos. “As favelas são espaços bastante heterogêneos, mas são vistas pela sociedade brasileira de forma generalizada como o lócus da pobreza, da desorganização social, do crime (Zaluar, 1985; Leite, 2000; Machado Da Silva, 2002 apud Franco, 2018). O IBGE retomou o uso do termo “favela” no ano de 2024, em substituição a “Aglomerados Subnormais” utilizado no último censo, sob o então governo de Jair Bolsonaro.

É importante destacar que a discussão sobre favela aqui feita é baseada na dissertação de Marielle Franco intitulada “UPP: a redução da favela em três letras” (2018). É nas favelas que a experiência do coletivo se materializa em expressão de vida e resistência. As manifestações artísticas e culturais que surgem das favelas revelam a pluralidade de sujeitos e de identidades constituídas nesses espaços. Os “favelados”, como são chamados os moradores de favelas, revelam não só demarcação territorial do espaço físico, como também exprime o estigma social acerca de um comportamento e/ou expressão identitária atribuída a um sujeito ou grupo. “(...), a favela se apresenta com a riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas.” (Silva, et al., 2009, p.96-97). Para De Souza Santos (1973, p. 15), “a favela é um espaço territorial, cuja relativa autonomia decorre, entre outros fatores, da ilegalidade coletiva da habitação à luz do direito oficial brasileiro”. Ou seja, até assumir o lugar de ilegal perante o Estado é uma experiência coletiva nas favelas.

A realização do seminário “O que é favela, afinal?”, em 2009, feita pelo Observatório das Favelas e com o apoio do BNDES, produziu um documento com o objetivo de trazer luz à

definição de favelas a partir de um olhar que não partisse da condição da falta, da ausência, da carência e da miséria. “Estes pressupostos (...) tomam como significante aquilo que a favela não é em comparação ao modelo idealizado de cidade” (p. 21). Ao analisar o documento, redigiu-se quatro formulações para a definição de favela:

1. Considerando o perfil sociopolítico, a favela é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes. Portanto, territórios sem garantias de efetivação de direitos sociais. 2. Considerando o perfil socioeconômico, a favela é um território onde os investimentos do mercado formal são precários, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços. Predominam as relações informais de geração de trabalho e renda, com elevadas taxas de subemprego e desemprego, quando comparadas aos demais bairros da cidade. Há distâncias entre as condições presentes na cidade como um todo. 3. Considerando o perfil sócio e urbanístico, a favela é um território de edificações predominantemente caracterizadas pela verticalização e autoconstrução, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado. A apropriação social do território é configurada especialmente para fins de moradia. A favela significa uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade. 4. Considerando o perfil sociocultural, a favela é um território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com região brasileira, configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica. As diferentes manifestações culturais, artísticas e de lazer na favela possuem um forte caráter de convivência social, com acentuado uso de espaços comuns, definindo uma experiência de sociabilidade diversa do conjunto da cidade.⁴⁹

As favelas são um fenômeno pós-abolição. Foi a abolição e a migração dos libertos para os centros urbanos que criaram as primeiras favelas, que não receberam nenhuma medida governamental básica para a subsistência de suas famílias. Primeiro, ocupando os prédios abandonados da cidade, os negros e negras jogados na rua formaram grandes coletivos de famílias morando sob o mesmo teto, conhecidos como cortiços. Depois da Reforma Pereira Passos, as favelas e morros foram ocupadas em crescente exponencial, longe de pertencerem à estética ideal de cidade europeia nos trópicos.

⁴⁹ FRANCO, 2018.

A população LGBTQIA+, historicamente renegada pelo Estado e pelo seio familiar tradicional, também pertence ao grupo que compõe a estatística de moradores de favelas, em especial a comunidade travesti. Esses sujeitos são tidos pelo Estado como corpos matáveis (Mbembe, 2018b) porque a sua vida se tornou um objeto, o que justifica que ela seja destituída, como faziam com o tráfico de seres humanos para o trabalho escravo nas colônias europeias. (Op. Cit.)

A segregação socioespacial das favelas é um processo planejado para a construção de fronteiras sociais, onde preconceito e racismo estão interligados, à medida que esses espaços se constituem enquanto refúgio de uns e espaços totalmente precarizados para outros, assim como eram os quilombos. “O quilombo é o primeiro espaço criminalizado no Rio de Janeiro, onde escravos negros resistiam à ordem vigente no Brasil Império” (Dos Santos, 2018, P. 133). A diferença é, para o geógrafo Adrelino Campos, que as favelas se constituíram enquanto parte de um sistema simbólico, e os quilombos são o meio pelo qual as ideias de materializam (Da Silva, 2020, p. 13-15)

“É o estado penal criminalizando as populações pobres, acrescidas de características étnicas específicas.” (Franco, p.97, 2012)

No que diz respeito à violência de gênero, a pesquisa “cidades saudáveis, seguras e com equidade de gêneros: perspectivas transnacionais sobre violência urbana contra mulheres no Rio de Janeiro/Brasil”, realizada entre novembro de 2016 e abril de 2018, revela o complexo contexto de violência em que se inserem as mulheres moradoras do complexo de favelas da Maré:

“Consideramos que a violência contra mulheres se expressa com singularidades na vida das moradoras de favelas e de forma ainda mais singular entre as que residem na Maré. Há, portanto, ao nosso ver, um contexto de violências que incidem socialmente nas experiências de vida (nos âmbitos público e privado) de mulheres da Maré (reflexo das violências contra mulheres na sociedade de maneira geral e com todas as consequências objetivas do patriarcado) com especificidades em sua manifestação nesses territórios específicos da cidade”. (Krenzinger, et. al., 2018, p. 4)

A favela da Maré começou a ser ocupada em 1940, com a comunidade do Morro do Timbau:

“No Timbau, a ocupação avançou pela Praia de Inhaúma e pelas ruas Capivari, Alabama e Caetés, sobre terrenos reclamados pelo Ministério do Exército. Apesar do controle dos militares, essa foi a localidade que apresentou melhores condições de ocupação, por se tratar de um morro, portanto terra firme, onde os terrenos eram bem delimitados e favoreciam o aproveitamento do espaço, inclusive para o plantio de árvores frutíferas e cultivo de pequenas hortas”. (Silva, 2007, p. 81)

De acordo com o Dicionário de Favelas Marielle Franco, a tradição oral conta que sua primeira moradora foi Orosina Vieira, que gostou do que viu enquanto passeava em um domingo na praia de Inhaúma, uma encosta desocupada aos pés da Baía de Guanabara. Ali construiu o primeiro barraco do morro com pedaços de madeira trazidos pela maré.

As obras de abertura da Avenida Brasil trouxeram mais visibilidade ao território e facilitou o transporte de materiais para construção das moradias e, em 1947, foi instalado o 1º Batalhão de Carros de Combate (BCC) nos arredores do Morro, atualmente o CPOR do Exército Brasileiro (Centros de Preparação de Oficiais da Reserva). O Exército começou a controlar a entrada e saída de moradores, cobravam taxa de moradia, fiscalizavam as construções – não era permitido nenhuma construção de alvenaria, apenas casas de palafitas⁵⁰, para que fossem retirados quando julgassem necessário – e ditavam se haveria ou não melhorias no saneamento básico da população.

“Não havia qualquer infra-estrutura. A luz era coisa rara nas casas, inicialmente conseguida através dos “gatos” e depois, por meio das cabines onde havia um medidor da LIGHT, e era revendida às demais casas. Posteriormente, por medida do próprio governo, foram criadas as Comissões de Luz. A água chegava através de pequenas bicas, puxadas clandestinamente dos ramais, onde se formavam grandes filas. Muitos apanhavam água do outro lado da Avenida Brasil que, pela distância, exigia meios criativos para o transporte de maior quantidade. Daí

⁵⁰ “Na linguagem dos ocupantes, a primeira parte do processo consistia em “pontear os quatro paus” – procedia-se o afinamento das pontas da madeira, em geral “pernas de três”, criando estacas que eram fincadas na água, até encontrarem um apoio e maior estabilidade. A partir daí, o ponto de apoio das estacas era reforçado com pedras e terra. Após esse processo, eram colocados os travessões e fechada a área do barraco. O assoalho era feito de tábuas, assim como as paredes, que recebiam um telhado de folhas de zinco ou de telhas francesas”. (Silva, 2007, p.83)

surgiram os “rola” (ou “rola-rola”): um barril de madeira, envolto em pneus ou com madeira 85 emborrachada, puxado por uma alça de ferro. Eram comuns os atropelamentos na “Variante” e, diante das dificuldades, muitos faziam um verdadeiro comércio com a água. O esgoto, muito precário, foi feito pelos próprios moradores, e somente existia na área aterrada, sendo despejado por ligações clandestinas, nas galerias das ruas próximas ou diretamente na Baía de Guanabara. De uma forma geral, foi a partir da luta pela água que ocorreram as primeiras articulações internas para a organização política dos moradores da Maré, através da constituição de comissões e associações”. (Silva, 2007, p. 84-85)

A partir desse contexto de repressão, a favela da Maré foi palco do surgimento de uma das primeiras associações de moradores de favelas do Rio de Janeiro. Formada majoritariamente por pessoas pretas e pardas, os movimentos negros na Maré começaram como uma forma de associação entre pessoas para garantir direitos básicos a si mesmos e aos outros membros da comunidade. Dona Helena Edir, mulher negra de 73 anos, migrante de Minas Gerais, entrevistada por Marcos Diniz para o livro eletrônico “Identidades e Racialidades na Maré: práticas e experiências racializadas na Maré”, conta que chegou na Maré na época dos mutirões.⁵¹ “Quando realizavam aquelas assembleias até meia-noite, saindo dali um representante, uma pessoa que iria à CEDAE, e depois voltavam os resultados, isso fazia com que mais pessoas se unissem nas assembleias e mobilização”.

Quando perguntada sobre a ancestralidade africana na Maré, Dona Helena segue justificando com o sentimento de coletividade: “às vezes, a mobilização não tinha nada a ver com a rua 4 porque o mutirão era na rua 3, mas todo mundo ia ajudar o outro. Quando iam bater as lajes, todo mundo se juntava e ia fazer a laje daquela pessoa, independente de quem era”.

A solidariedade entre vizinhos, na Maré, pode ser relacionada a ancestralidade africana a partir do contexto afrodiaspórico, já que, como visto no início do capítulo quatro, a grande maioria dos moradores da Maré declaram-se negros. Para além, a maioria dos negros são mulheres⁵². Com esses dados, podemos relembrar o papel da liderança feminina frente aos quilombos que, com afeto e virilidade, mudaram o cenário da colonização. Sendo as favelas os

⁵¹ Os depoimentos podem ser encontrados em: < CASAPRETA_CARDENO1_29_12_2023_RDM (redesdamare.org.br)> Acesso em: 10/01/2024

⁵²Fonte: Identidades e racialidades na Maré [livro eletrônico] : dados e debates sobre a população negra na Maré. Redes da Maré, 2023.

"novos quilombos" (Da Silva, 2020), a solidariedade entre pessoas negras se expande para o cenário contemporâneo. O autor mareense Wallace Lino, escreveu:

“Orosina é expressão que afirma que a cidade é meu país. A encruzilhada é minha casa; dela eu vejo um universo feito das peles e sonhos escritos antes do meu nascer, no movimento que faz uma multidão. Aquela multidão conta com vivos, ancestrais, mortos, e encantados... me olham, molham e regam meu corpo-sonho, fuga da dominação. Abraçada às águas, aqui permaneço desde então. Elas me navegam; eu me levo nos seus destinos. A Maré das palafitas era símbolo da miséria nacional, como retrata a música Alagados, do conjunto Paralamas do Sucesso. Escrevo a Maré como um quilombo suspenso, que craveja nas estacas das palafitas a fundação de seus pertencimentos, de quem vê de dentro, forjado da aglutinação de muitas culturas” (Lino & Lima, 2022, p.4)

2.2 MARÉ - MARIELLE

Paralelamente às manifestações nacionais, acontecia, em 2 de julho de 2013, na Maré, uma outra manifestação: cerca de 5.000 pessoas reuniram-se em protesto contra a operação feita pelo BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar) na favela da Nova Holanda que durou seis dias e deixou dez mortos. Posteriormente, a Polícia Militar reconheceu que pelo menos três das vidas ceifadas eram inocentes e não tinham envolvimento com o crime. O protesto ficou conhecido como “Estado que mata, nunca mais!” e teve como uma das lideranças, Marielle Franco. A “guerra às drogas”⁵³ se tornou, na verdade, “guerra aos pretos, pobres e favelados”, porque são nas favelas que se encontram os corpos matáveis.

“As pessoas (do PSOL) sempre falavam “você tem que conhecer a Marielle. E pra ela falavam “você tem que conhecer a Pâmella”. E depois que a gente se conheceu, a gente entendeu o porquê. Porque nós duas éramos faveladas, negras, feministas, funkeiras, católicas, abortistas... e realmente, quando a gente se conheceu, a gente deu muito match...e é claro que esse lugar tem muito afeto, mas também tem muito preconceito, e quando a gente se conhece, a gente entende o porquê as pessoas falavam isso”. (Pâmella Passos)

⁵³ “Esta guerra às drogas, que expõe de forma contundente a letalidade do estado, imbrica-se ao punitivismo e à militarização da segurança pública no Brasil. Parte-se da premissa de que a sociedade brasileira desenvolveu um dispositivo jurídico-penal, punitivista e militarizado, que reforça a distribuição desigual de poder, considerando as variações nos padrões históricos da delimitação entre legal e ilegal.” (Serra, Souza e Cirillo, p.1, 2020).



Protesto pelos assassinados no complexo da maré. “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”. FONTE: NPC (Núcleo Piratininga de Comunicação).

Quem me contou desse protesto acontecido foi Mayara, uma das minhas interlocutoras. Na época, ela estava entrando na adolescência e disse-me que a imagem acima foi a cena mais marcante que ela tem de Marielle durante a sua trajetória. A admiração que ela já tinha por Marielle se expandiu ao vê-la realizando o protesto, somada ao espírito coletivo de luta por uma vida digna que pairava em todos reunidos ali. Quando soube da candidatura de Marielle, Mayara contou-me que rapidamente se disponibilizou para oferecer seus serviços no audiovisual.

Entre os anos de 2014 e 2015, a favela da Maré sofreu um processo de “pacificação”, ou seja, o território que compõe as favelas da Maré foi ocupado pelo Exército com o objetivo de controle do território para que, então, fosse implementada a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), como começou a ser implantada em outras favelas desde dezembro de 2008. Apesar de não ter efetivamente recebido uma Unidade, o tempo de ocupação do Exército no território foi marcado por violências, tiroteios e mortes, não apenas na Maré, mas em todas as favelas que receberam uma Unidade de Polícia Pacificadora.

“Não se trata de excessos, nem de uso desmedido da força enquanto exceção: as práticas policiais nesses territórios violam os direitos mais fundamentais, e a violação do direito à vida também está incluída nessa forma de oprimir” (Franco, p.97, 2012).

Os casos denunciados às instâncias governamentais eram acompanhados por Marielle na Comissão de Direitos Humanos da Alerj, como o caso do Alexsander, policial recém formado que, no dia 25 de junho de 2011, teve membros amputados porque estava na linha de frente em uma operação nos morros da Coroa e Fallet-Fogueteiro, quando foi alvejado por uma granada lançada por traficantes.

O adjetivo “pacificadora” não acompanha a Unidade de Polícia em vão. O termo tem um longo uso na história brasileira. O primeiro exemplo remete à Medalha de Bronze do Pacificador (também chamada de Duque de Caxias), premiação criada durante a ditadura militar de 1964, dada aos militares que tivessem um bom desempenho em combate, tanto ao eliminar guerrilheiros comunistas como para eliminar traficantes nas favelas. Pacificação também foi uma expressão usada no período pombalino (séc XVIII) para os processos de assimilação indígena⁵⁴. O que acontece é que, na maior parte das vezes, inocentes são mortos e ditos como traficantes, e os que são presos nem sempre são traficantes. Para além, vale ressaltar, que não existe pena de morte no Brasil e, segundo a conduta oficial da polícia, os traficantes encontrados em confronto devem ser contidos e encaminhados à penitenciária.

Segundo Franco (2018), a instauração da UPP por meio da ocupação do Exército não reduz o trânsito de armas de fogo em territórios que foram dominados por grupos criminosos. O que acontece é a substituição do trânsito de armas para o domínio da polícia, que tem no Estado sua legitimidade para deixar viver ou deixar morrer. A diferença entre grupos criminosos e a polícia é o aparato do Estado, porém ambos usam e abusam da violência para realizar seus fins (Wacquant, 2002).

Ainda para Franco (2018), a truculência policial ao reprimir os manifestantes em junho de 2013, com ênfase no Rio de Janeiro, revelou para o Brasil, com a ajuda da imprensa, como era a atuação da polícia militar como um todo, principalmente nas favelas. Para ela, a diferença foi a de que grande parte dos manifestantes de 2013 pertenciam à classe média, e os principais focos dos protestos estavam em espaços urbanos mais privilegiados, como a Zona Sul do Rio. Com

⁵⁴ “A “pacificação” no período colonial, de acordo com João Pacheco de Oliveira Filho (2016), tinha o objetivo de fazer surgir um “novo índio”, cristão e súdito fiel do rei de Portugal, além de servir como mão-de-obra para os interesses econômicos da coroa. Ou seja, a premissa da “pacificação” nada mais era do que a de impor um modelo cultural para os indígenas, que receberiam em troca o “cessar fogo” dos ataques que vinham sofrendo desde o primeiro contato, em 1723.” Vide Asnis, 2019.

isso, a classe média incomodou-se, gerando mais uma das insatisfações da população para com o governo.

Em junho de 2016, novamente o conjunto de favelas da Maré foi alvo de mais uma operação policial que marcaria aquele ano. A Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), apresentou um plano de contingência para a cidade do Rio de Janeiro, em que a favela da Maré aparece com uma das principais áreas de atuação das forças armadas. Isso porque, em agosto de 2016, aconteceram os Jogos Olímpicos do Rio, e a parte considerada não “urbanizada” da cidade deveria ser contida e maquiada. Para isso, também, criaram-se as placas decorativas espalhadas pela Avenida Brasil, com o objetivo de dificultar a visualização das favelas pelas estradas expressas. Naquele ano, Marielle começava sua campanha política, dependendo muito da coletividade e da solidariedade de suas redes:

“Era uma campanha sem dinheiro, né. A gente não tinha muito dinheiro. Então, cada um ajudava como podia. Fazia vaquinha, juntava pra poder pagar adesivo. Às vezes no caminho ela ligava e falava “ó, vamo juntar pra comprar um pão, uma coca, senão o pessoal vai ficar com fome”. (Pâmella Passos)

Todavia, antes de iniciar sua campanha no território onde nasceu e cresceu, Marielle se viu obrigada a “pedir permissão” para quem, naquele momento, era o “dono do morro”, revelando a dinâmica de violência e de “favores” que existia entre o crime organizado e a política carioca:

“Eu me lembro do dia que a gente começou a fazer a campanha da Mari aqui na Maré. Ela queria fazer, mas tinha que pedir permissão pros caras, né...Porque todo político que faz campanha aqui na Maré tem que passar por eles. Aí, eu me lembro que eu fui na frente, pra falar com ele, porque eu conhecia ele daqui da rua... Eu fui na frente, Mari e Renata (Souza) ficaram esperando atrás. Aí eu desenrolei, falei “pô, ela tá vindo como vereadora, a gente queria fazer a campanha aqui”, e tal...E ele perguntou “E eu vou ganhar quanto com isso?”. Aí a Mari respondeu que não tinha dinheiro, que ela era dali também e que não era assim que ela fazia. Aí ele perguntou “e a canetada?”. Ela respondeu: “também não posso prometer”. Aí ele olhou, olhou...Falou: “vai, faz”. Acho que ele deve ter pensado assim: “po, essas garota aí, vai dar em nada não”. Mas tenho certeza que no dia que ela morreu, ele se lembrou desse dia”. (Mayara Donaria, 10 de maio de 2024 às 15h)

A campanha política de Marielle Franco, profundamente enraizada na Maré e nas suas dinâmicas associativas, revela o contraste entre os grandes aparatos repressivos e a construção de uma campanha pautada na solidariedade cotidiana das redes periféricas. Marielle não surgiu como uma liderança isolada, mas como parte de um tecido social que se organizava e se fortalecia a partir de formas associativas concretas: campanhas de doação entre amigos, “vaquinhas” comunitárias, compartilhamento de alimentos, apoio logístico espontâneo, redes de cuidado. Como nos lembra Pâmella Passos em seu depoimento, a campanha era feita de forma colaborativa, sem recursos financeiros tradicionais, mas com capital afetivo, político e coletivo.

Essas práticas nos remetem a uma sociabilidade específica das favelas, que envolve redes de parentesco, vizinhança, militância e amizade, onde o cuidado mútuo e a presença concreta na vida das pessoas são também formas de ação política. Assim, a favela da Maré aparece não apenas como lugar de ausência do Estado, mas como espaço de produção coletiva de mundos baseadas na coletividade, e na prática da política como uma extensão da vida cotidiana. Marielle é fruto dessas redes. Sua candidatura foi sustentada por uma comunidade que compartilha práticas de resistência, de partilha e de invenção de alternativas. A solidariedade que a sustentou não é abstrata, mas material, afetiva e estratégica.

As formas de mobilização política não se restringem aos espaços institucionais, mas se desdobram também em territórios simbólicos e afetivos, como o carnaval. Por isso, destaco a importância do bloco *Se Benze Que Dá*, fundado por moradores da Maré, entre elas Marielle Franco, como expressão de uma política encarnada no corpo, no território e na festa. Ao ocupar as ruas com música, dança e denúncia, afirma a centralidade dos favelados e periféricos na produção de outras formas de existência.⁵⁵ “Pelo direito de ir e vir, pelo direito de existir e por políticas públicas que valorizem a vida nas favelas”, o bloco reafirma que a folia é também um ato político. *Se Benze Que Dá* representa uma performance pública de resistência e insurgência, onde o corpo é celebração e reivindicação ao mesmo tempo.

Na última vez que fui até a Maré, foi quando estive na Cozinha da Frente. Por ser ano eleitoral, pude notar a quantidade volumosa de propagandas que circularam apenas na rua onde eu estava. Mas algo me chamou atenção: as propagandas eram de um único candidato da direita.

⁵⁵ Fonte: <

https://wikifavelas.com.br/index.php/Bloco_Se_Benze_que_Da#:~:text=Somos%20o%20Bloco%20Se%20Benze,como%20ferramentas%20de%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20social. > Acesso em 14/07/25.

Com *slogan* em tons azuis, santinhos aos montes poluindo as ruas e adesivos colados em bares, postes e portões, o candidato parecia concorrer sozinho, pois não vi propagandas de nenhum outro vereador, nem da direita, nem da oposição. Revelando, assim, o monopólio político partidário que se instaura nas áreas periféricas da cidade, muitas vezes representados por candidatos que não estão interessados em melhorar as condições de vida da população daquela região.

As redes que atravessaram a trajetória de Marielle não podem ser pensadas como planos paralelos, mas como linhas que se cruzam e se reforçam mutuamente. A escolha da Maré como inicial para esse capítulo não foi apenas um ponto de partida geográfico, mas um território afetivo e político que moldou sua compreensão sobre desigualdades, violência estatal e potência comunitária. Esse mesmo território forneceu vínculos que sustentaram sua entrada no PSOL, partido que, por sua vez, também funcionou como uma rede ampliada de alianças, espaço de militância e plataforma de visibilidade política.

Como vereadora, Marielle não se desvinculou dessas redes mas levou-as consigo para dentro da institucionalidade. Suas propostas legislativas, voltadas para o enfrentamento da violência contra mulheres, a garantia de direitos da população negra, periférica e LGBT, e a democratização do acesso à cidade, traduzem na linguagem da lei os compromissos previamente tecidos em suas redes comunitárias e afetivas. A atuação institucional, portanto, não substituiu o trabalho de base, mas o expandiu para a câmara de vereadores, que se tornou mais um nó de sua rede.

Assim, compreender a política de Marielle é compreender como essas redes se articulam. A família, a Maré, o PSOL, a militância feminista e antirracista, todas essas conexões foram fonte de recursos, saberes, afetos e legitimidade. É nesse sentido que as redes não são apenas um contexto de sua vida, mas a própria forma de sua política. Marielle não falava de um lugar isolado: sua voz era atravessada e sustentada por uma trama complexa de relações, que iam da favela ao parlamento, do terreiro e da igreja às assembleias internacionais, do afeto à luta formalizada em lei. Reconhecer essa articulação é reconhecer que o feminicídio político tenta interromper não apenas uma trajetória individual, mas um projeto coletivo que tinha nas redes sua força vital.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa não esgota as possibilidades de extensão das redes de Marielle, mas se coloca enquanto ponto de partida para o desdobramento de novas redes e conexões. Reconheço que Marielle estabeleceu sua base pautada no afeto e na ancestralidade, traçando caminhos para uma nova política.

As redes que sustentaram Marielle Franco não se organizam em uma estrutura rígida ou hierárquica. Essas redes se cruzam, se sobrepõem e se retroalimentam, como um tecido que se fortalece à medida que é atravessado por afetos, ações políticas, alianças e trocas simbólicas e materiais. Tais redes se formavam a partir de pequenas práticas de cuidado e solidariedade. Podemos dizer que a potência dessas ações não estava apenas no seu alcance quantitativo, mas também na sua densidade relacional. Essas redes eram sustentadas por práticas que, muitas vezes, escapam ao olhar dos registros formais da política institucional. Refiro-me a pequenos gestos que, acumulados, criam uma trama de solidariedade e resistência.

Essas redes também não eram homogêneas. Eram feitas de católicos conservadores, feministas negras, mães da Maré, ativistas LGBTQIA+, militantes da favela, intelectuais, artistas, parlamentares. A potência estava exatamente na disposição de construir pontes mesmo diante das diferenças.

As redes de Marielle não se organizavam por ela ser uma liderança carismática isolada, mas sim em torno de práticas que geravam pertencimento, reciprocidade e insurgência. Uma rede alimentava a outra: da família ao movimento negro, da favela ao gabinete, da universidade a militância. Não se construíam enquanto uma linha reta. Havia caminhos, desvios e retornos. E por conta desses deslocamentos, novas conexões se produziam e se expandiam.

Essas redes não se dissolveram com sua morte. Pelo contrário, se intensificaram, se reorganizaram, ganharam novas formas e vozes, produzindo modos de existir e resistir que desafiam os limites da política institucional. E é dentro dessas redes que investigo — e existo enquanto semente de Marielle —, reconhecendo nelas a força coletiva que fez Marielle possível.

Em outubro de 2022 aconteceram as primeiras eleições presidenciais após a vereança de Marielle. O cenário extremamente polarizado da política nacional se mostrava nas cenas de violência vivida pelos eleitores todos os dias. Alguns exemplos são os casos de Marcelo Arruda, assassinado em sua festa de aniversário por um eleitor de Bolsonaro. O Brasil se dividiu entre

“petistas” e “bolsominions”. Enquanto a extrema-direita ia perdendo espaço na cena, devido aos escândalos do governo Bolsonaro envolvendo *Fake News*⁵⁶ e milicianos e, principalmente, pela ineficiência do governo em administrar a pandemia, a esquerda brasileira retomava o seu espaço, concentrando apenas na figura do Lula a oportunidade de vencer a extrema-direita.

As eleições foram decididas no segundo turno, nos momentos finais da apuração dos votos. Luíz Inácio Lula da Silva elegeu-se à presidência, dando início ao já apelidado “Lula 3”, em referência ao seu terceiro mandato. Lembro-me de a pandemia ser uma fase muito difícil financeira e emocionalmente. A inflação aumentou, o poder de compra diminuiu, e não eram poucas as vezes que precisei fazer compras de mercado para semana com R\$ 10,00 reais para duas pessoas.

Durante o final da graduação e o início do mestrado, precisei trabalhar como faxineira, camareira e auxiliar de cozinha para pagar as contas. Naquela época, por falta de dinheiro, decidi que iria até a zona eleitoral de bicicleta. Pedalei cerca de 10km até a minha zona eleitoral, mas, na metade do caminho, caí de uma ladeira, machuquei a perna direita e quebrou-se o freio da bicicleta. Levantei-me, senti a dor, e continuei pedalando para o meu destino. Jamais pensei em voltar para casa ou deixar de votar. O entusiasmo para a votação de 2022 era tamanha em toda a sociedade civil, que todas as pessoas que eu via pelo caminho pareciam estar muito contentes por terem cumprido seu dever cívico. Mesmo os menores de 16 anos, que ainda não votam, faziam sua campanha de acordo com seu candidato escolhido. Vi, nas ruas, muitas pessoas com adereços e as cores do Bolsonaro. Eu e muitas outras pessoas que votaram no Lula, preferimos nos manter discretos para evitar violências vindas da oposição. Naquela época, a regra era clara: quem não estivesse caracterizado, provavelmente votaria no Lula.

Quando a apuração dos votos começou, decidi repentinamente ir até o único bar LGBT da cidade para assistir o resultado das eleições. Mesmo sendo um lugar acolhedor para mim, não fui com roupas em tons vermelhos nem com adesivos, pois tive medo do que poderia encontrar no caminho. Eu agradeço todos os dias pela decisão que tomei de ter ido ao Safari⁵⁷, pois foi a última vez que encontrei meu amigo Adriano, antes que ele falecesse no ano seguinte. Adriano

⁵⁶ Notícias Falsas, em inglês. “Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro” < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html >. Acesso em 14/07/2025.

⁵⁷ Bar e boate LGBT, na época, o único de Nova Iguaçu.

foi, durante uma época muito triste e depressiva da minha vida, o único amigo que me estendeu a mão.

Nesse encontro, estávamos muito esperançosos pelo resultado, também muito tensos, porque o resultado poderia ser a favor da direita. Enquanto escrevo, lembro-me da sensação de euforia e de êxtase que tivemos quando o William Bonner anunciou que Lula era o novo presidente. O bar, que estava lotado de esquerdistas, gays, drag queens, lésbicas e negros, gritou em uníssono durante cinco minutos. O volume das vozes que gritavam eram tão alto que estremecia os tímpanos e a estrutura das paredes. Parecia um estádio de futebol, mas eram, no máximo, 200 pessoas ou menos.

Adriano estava na minha frente quando o resultado saiu. Lembro-me do seu rosto negro surpreso, do seu cabelo *black power*, do seu grito fino e agudo, e do nosso abraço apertado e desesperado, mesmo com o meu joelho ainda sangrando da queda que tinha sofrido mais cedo. Todos se abraçavam e pulavam. Eu aproveitei o barulho para tirar de dentro de mim o grito que, por quatro anos, ficou esperando para sair. O grito de quem viu a Dilma cair e o Temer assumir, indevidamente; o grito de quem viu Marielle ser morta; o grito de quem passou fome durante a pandemia; o grito de quem se escondeu por medo da violência; o grito de quem viu a sogra morrer por covid-19 porque o ex-presidente Jair Bolsonaro negou-se a comprar vacinas; o grito de quem ansiava por uma vida melhor.

Em novembro de 2024 aconteceu o julgamento de Ronnie Lessa e Élcio Queiroz, os assassinos de Marielle. O julgamento, levado a júri popular, durou dois dias inteiros. A justiça condenou Ronnie Lessa a 78 anos e 9 meses de prisão. Queiroz foi condenado a 59 anos e 8 meses. No primeiro dia de julgamento, fizemos um ato na porta do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para receber a família de Marielle. Girassóis e gritos por justiça marcavam o início das condenações. A imprensa, que se apresentava muito incisiva, precisou ser contida por um cordão humano que fizemos até a entrada, para que não desrespeitassem o momento de dor da família.



Recepção para família de Marielle



Cordão humano para conter a imprensa

Para quem assistiu ao julgamento, o ambiente na sala era marcado por um silêncio denso e quase insuportável, ocasionalmente interrompido por choros angustiantes. Na hora dos intervalos, fazíamos uns aos outros sorrirem com alguma piada boba para esquecer a tristeza. Muitas de nós não conseguimos encarar o telão enquanto falavam Lessa e Queiroz, que participavam do julgamento de maneira remota.

No segundo dia, TJRJ estava tão lotado que era difícil caminhar nos corredores. Jornalistas e câmeras, conhecidos de Marielle de todas as partes do Rio, militantes, ONGs e curiosos tentavam acessar o andar superior para assistir à condenação. A fila de espera chegava até o elevador, no final do corredor. Um cidadão, homem branco, que não conseguiu entrar na sala para assistir ao julgamento, revoltou-se contra o trabalhador segurança, um homem negro, dizendo-lhe “você sabe quem eu sou? Eu sou advogado desse tribunal”, na tentativa de privilegiar-se e passar a frente de todas as outras pessoas que chegaram antes dele.

Quando finalmente a sentença foi dada, senti meu corpo ficar gelado, minhas mãos suarem e alguém dizendo que eu estava pálida. Comemoramos, gritamos e choramos. Ao fim do segundo dia, encerramos com um ato na praça Mário Lago, onde fica a estátua de Marielle Franco, ouvindo as colocações da família de Marielle sobre o julgamento.

Em 26 de maio de 2025, foi aprovado pela câmara dos deputados a (PL) nº 6.366/2019, que institui o Dia Marielle Franco: Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos⁵⁸. De autoria da deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ), juntamente com outros parlamentares de seu partido, a proposta tem o objetivo de conscientizar a sociedade a respeito das violências sofridas no ambiente político pelas mulheres, em especial, mulheres negras. A proposta segue para o Senado Federal.

Assim, Marielle não se reduz ao passado ou à ausência: sua vida permanece ativa nas redes que ajudou a constituir, nos vínculos afetivos que cultivou, nas políticas que inspirou e nas ações coletivas que construiu. O julgamento de seus assassinos e a institucionalização de sua memória não anulam a dor, mas evidenciam que é possível transformar o luto em ação política e produzir formas de resistência social.

A centralidade de Marielle se manifesta precisamente na capacidade de articular redes de solidariedade e cuidado, estabelecendo relações que sustentam práticas políticas baseadas no afeto e no compromisso coletivo. Essa trajetória demonstra que a política, entendida enquanto prática social, não se limita às instituições formais: ela se realiza na produção contínua de relações, na consolidação de vínculos comunitários e na manutenção de um legado de memória e esperança.

Marielle permanece presente, portanto, não apenas nas leis que inspirou ou nos atos públicos que registram sua ausência, mas nas redes que continuam a ser tecidas em seu nome. O amor e a solidariedade que atravessaram sua vida constituem instrumentos de análise antropológica para compreender a continuidade histórica da luta por justiça e igualdade. É nesse entrelaçamento entre memória, redes e afetos instituintes que encerramos este trabalho, reafirmando Marielle como referência para repensar a política como prática de cuidado, resistência e transformação social.

⁵⁸ Fonte < https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/camara-dos-deputados-aprova-o-dia-marielle-franco-das-defensoras-e-defensores-de-direitos-humanos >. Acesso em: 29/6/25.

BIBLIOGRAFIA

A Lei Maria da Penha e os casos de feminicídio. Jusbrasil, 14 set. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-lei-maria-da-penha-e-os-casos-de-feminicidio/1280311699>. Acesso em: 15 jul. 2025

ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Informação & Informação*, v. 12, n. 1esp, p. 8-19, 2007.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANTUNES, Camila Sissa. "Lugares, redes e socialidades: estudo etnográfico nas periferias de Chapecó (SC)." (2015).

ANTUNES, Camila Sissa. Antropologia de afetos: sobre flores, curvas e cores da experiência de campo. *Cadernos NAUI*, v. 4, n. 6, p. 1-19, 2015.

ASNIS, Gabriel Zissi Peres et al. Da guerra à paz? Dicotomias que escondem múltiplos caminhos: análise histórica sobre os "Cayapó" aldeados em Maria I e São José de Mossâmedes. 2019.

ASSOCIAÇÃO REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ (Org.). Identidades e racialidades na Maré: dados e debates sobre a população negra na Maré [livro eletrônico]. Organização: Pâmela Carvalho. Coordenação: Pâmela Carvalho, Geisa Lino. Curadoria: Bia Policicchio. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2023. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RDM_CASAPRETA_CARDENO_3.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

AZEVEDO, Alexander Willian. Religiosidade no nordeste brasileiro na era do cangaço: prospecção de parâmetros de estudos a partir da biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD). Comunicação apresentada no V Colóquio de História: Perspectivas Históricas, historiografia, pesquisas e patrimônio, Recife. <http://www.unicap.br/colquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Colp>, p. 1141-1152, 2011.

BARSTED, Leila Linhares. A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil. *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 119-137, 2007.

BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 13-38, 2011.

BELLACASA, Maria Puig de la et al. O pensamento disruptivo do cuidado. *Anuário Antropológico*, v. 48, n. 1, p. 108-133, 2023.

BENICIO, Monica. Carta de Paris (setembro de 2019–PT e FR). *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 6, n. 2, p. 114-118, 2020.

BENÍCIO, Mônica. Marielle e Mônica: uma história de amor e luta. Rosa dos Tempos, 2024.

BOHN, Simone R. Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Revista Debates*, v. 4, n. 2, p. 81-81, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. Universidade de São Paulo (online). 69-72, junho 1986.

BRODSKY, Marcelo; DA COSTA, Wilson; DONARIA, MAYARA; GUErreiro, Bernardo ; ROCHA, Thais (Orgs) O Livro de Marielle Franco - Uma fotobiografia.: Oca editorial. 2023.

BUTLER, Judith. Gender trouble: feminism and the subversion of identity. Nova York: Routledge, 1990. [Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro : Record, 2003.]

CAMPOS, Bárbara Lopes et al. Juntas em um único número de urna?: uma análise das experiências de mandato coletivo no Brasil (2016-2020). 2021.

CARDOSO, C. L.; LIMA, N. de Q.; ROCHA, H. C. L. Primavera das Mulheres: uma análise da cobertura das revistas Época e IstoÉ acerca das manifestações das mulheres por direitos. In: XXXIX Congresso Intercom São Paulo-SP. 2016.

CARONE, Renata Rodrigues. A atuação do movimento feminista no Legislativo Federal: caso da Lei Maria da Penha. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 105, p. 181-216, 2018.

CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83.

COELHO, Naiara; VOLOTÃO, Amanda. Não serei interrompida: o processo de silenciamento feminino no espaço político brasileiro. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 6, n. 2, p. 151-170, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

DA SILVA, Gleyciane Gonçalves; ARAÚJO, Willian Fernandes. QUEM AMA NÃO MATA: O CRIME PASSIONAL, A LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA E O FEMINICÍDIO NO BRASIL-

UMA ANÁLISE DO CASO DE ÂNGELA DINIZ E DOCA STREET. Humanidades (Montes Claros), v. 13, n. Suppl. 1, 2024.

DA SILVA, M. Racismo e os efeitos na saúde mental. Recuperado de: <http://www.mulheresnegras.org/doc/livro%20ledu/129-132MariaLucia.pdf>, 2004.

DE ANTONI, Andrea; DUMOUCHEL, Paul. As Práticas de Sentir com o Mundo: Para uma Antropologia do Afeto, dos Sentidos e da Materialidade—Introdução.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: Disponible GITT <http://derecho.posgrado.unam.mx/congresos/cursoboaventura/boavpassar.pdf>. 2011.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. Ratificação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”) pelo Brasil. Brasília, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.df.gov.br/?p=37958>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DI EUGENIO, Alessia et al. Marielle Franco fiorisce in tutti noi. Um olhar italiano sobre a herança das lutas de Marielle Franco (e muitas outras). Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 6, n. 2, p. 284-294, 2020.

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Editora Edufba, 2008.

FOUCAULT, Michel. A Microfísica do Poder. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FRANCO, Anielle. Minha irmã e eu: Diário, memórias e conversas sobre Marielle. Planeta, 2022.

FRANCO, Marielle. UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. N-1 Edições. 2018.

GONÇALVES DA SILVA, G. & FERNANDES ARAÚJO, W. (2024). Quem ama não mata: o crime passionai, a legítima defesa da honra e o feminicídio no brasil - uma análise do caso de Ângela Diniz e Doca Street. Humanidades (Montes Claros), 13(Suppl.1). Recuperado de <http://revistas.funorte.edu.br:80/revistas/index.php/humanidades/article/view/1152>.

GUERRA, Valeschka Martins, et al. "Concepções da masculinidade: suas associações com os valores e a honra." Psicologia e Saber Social 4.1 (2015): 72-88.

HOOKS, Bell. Tradução de Breda Tadeu. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Editora Elefante, 2021.

KALYVAS, Stathis N.; CHENOWETH, Erica; ENGLISH, Richard; GOFAS, Andreas; Oxford University Press, *The Oxford Handbook of Terrorism*: 10–33. 2019.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. Movimentos negros no Brasil entre 1964 e 1983. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 02, 2008.

KRENZINGER, Miriam, et al. "Olhares Sobre Violências contra Mulheres a partir de um Conjunto de Favelas." *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social* 1.1 (2018).

LINO, Wallace; LIMA, Fátima. "Uma contra pedagogia das insujeições: o grupo atiro e a feitura das encruzilhadas". *Moringa*, v. 13, n. 2, p. 162-177, 2022.

LUTZ, C.; ABU-LUGHOD, L. *Language and the politics of emotion*. New York: Cambridge University Press, 1990.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 35-76, 2008.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and

MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. São Paulo, São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDEIROS, Fabio Nunes Medeiros; MORAES, Rauen Taiza Mara. *Contaçon de histórias: tradição, poéticas e interfaces*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

MELO, Mariana Soares Pires et al. *Formas de violência contra mulheres lésbicas: um estudo sobre percepções, discursos e práticas*. 2016.

MENDES, Francisco Alves (Chico Mendes). "No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade." Disponível no portal ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Acesso em: 16 jul. 2025.

MILLA, Debora; AMARANTE, Erivelto Diego. Criminalização da vítima para justificação da morte: uma análise das principais fake news a respeito de Marielle Franco. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 6, n. 2, p. 217-230, 2020.

MINTZ, Sidney W. *Encontrando Taso, Me Descobrimo*. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 27, n 1, 1984, pp: 45 a 58.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Sob olhos ocidentais." Tradução Ana Bernstein. Rio de Janeiro: Zazie Edições (2020).

NASCIMENTO, Mariângela; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. A Morte como Valor Político. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 6, n. 2, p. 4-7, 2020.

OLIVEIRA, Jéssica Cristina Alvaro. "Interseccionalidade, de Carla Akotirene." Cadernos de Gênero e Diversidade 6.1 (2020): 303-309.

PALANCADE, Stéphanie; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. “# MariellePresente: Resistências Transnacionais”. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 6, n. 2, p. 110-113, 2020.

RIOS, Flavia Mateus. "Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000)." Sociedade e Cultura 12.2 (2009): 263-274.

RODRIGUES, Carla, VIEIRA Tássia Áquila. "A função política do luto por Marielle Franco." Cadernos de Gênero e Diversidade 6.2 (2020): 134-150.

RODRIGUES, Emely Braga. “O silenciamento de Marielle”. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 6, n. 2, p. 171-195, 2020.

SANTOS, Rodrigo Monteiro dos. “Ações de resistência no Complexo da Maré: produção de vida em um contexto marcado por necropolíticas” Conceição/Conception, Campinas, SP. v. 9, 2020.

SANTOS, Tatiana N.; ARAUJO, Bruna P.; RABELLO, Luiza R. Percepções de lésbicas e não - lésbicas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica. Bogoas, Natal, p.102-120, nov. 2014

SILVA DOS SANTOS, Rafael. Braço forte na ocupação da Maré e a “mão amiga” a serviço do capital: o paradigma da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. Revista Ciências Humanas, v. 11, n. 1, 2018.

SILVA, Catia Antonia da. “Andreino Campos- do quilombo à favela, do espaço periférico segregado à teoria do sujeito e a análise do lugar do negro na segregação socialmente induzida”. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 12, n. 34, p. 13-31, 2020.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. Maré: a invenção de um bairro. 2007.

SOUZA E SILVA Jailson de (org.) O que é favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Renata. Feminicídio Político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles. *Cadernos de gênero e diversidade*, v. 6, n. 2, p. 119-133, 2020.

VAZ, Lilian Fessler. História dos bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré. 1994.

VERGÈS, Fronçoise, Gabriel Silveira de Andrade Antunes, and Ana Carolina de Oliveira Costa. "Extrair/Danificar/Reparar." *Revista de Antropologia da UFSCar* 13.2 (2021): 137-154.

VÍCTORA, Ceres; COELHO, María Claudia. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. *Horizontes Antropológicos*, v. 25, n. 54, p. 7-21, 2019.

WACQUANT, Loïc. A ascensão do Estado penal nos EUA. In: BORDIEU, Pierre (Org.). *De l'État social à l'État penal. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro: Revan, ano 7, n. 11, 2002